Reunião de 28/10/2026

ATA N.º 20/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

---- Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, na localidade de Lapa do Lobo e edifício da Sede da Junta de Freguesia, reuniu pelas dezassete horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária pública, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques. --------

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 27 de outubro de 2026, que apresentava os seguintes saldos: Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 1.745.760,44 euros (um milhão setecentos e quarenta e cinco mil setecentos e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos); - De operações orçamentais: 1.164.847,50 euros (um milhão cento e sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos); - De operações não orçamentais: 580.912,94 euros (quinhentos e oitenta mil novecentos e doze euros e noventa e quatro cêntimos); Decomposição do saldo em numerário para o dia seguinte: 925,83 euros (novecentos e vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos). ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então, muito boa tarde a todas e a todos. Vamos, então, dar início a esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 28 de outubro de 2026, aqui na Lapa do Lobo. Conforme referimos, tem a ver com as reuniões descentralizadas que fazemos todos os meses em todas as Freguesias, a última de cada mês. E, portanto, a seguir, é em novembro, em Moreira. E, portanto, continuamos o périplo. Não fizemos 2 meses. Estou a fazer o raciocínio. E, portanto, deixar essa nota. E, naturalmente, agradecer à Junta de Freguesia da Lapa do Lobo por nos ter recebido e proporcionado condições logísticas e até simpatia com a própria organização da Mesa, que muito nos apraz registar e de acordo com as informações do Serviço, com o Senhor Presidente da Junta, a qual, julgo eu, em nome de toda a Câmara, endossamos um forte abraço e desejando um rápido e célere restabelecimento do nosso Presidente da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo, o nosso António. Dizer-vos ainda que, independentemente disso, naturalmente é um gosto imenso estarmos aqui. Agradecer a presença e cumprimentar, naturalmente, as Senhoras Vereadoras, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Colaboradores do Município. Obrigado pelo vosso apoio indispensável técnico. E ao nosso Público que hoje também está aqui presente na reunião da Lapa do Lobo. Portanto, sem mais delongas - Situação Financeira da Autarquia - Conhecimento. Portanto, a data é, naturalmente, a data anterior à data da realização. Portanto, hoje é 28, reporta-se a 27 de outubro, ontem, terça-feira. Total de disponibilidades:

1.745.760,44 euros, dos quais: 1.164.847,50 euros de operações orçamentais e 580.912,94 euros de operações não orçamentais. Período de Antes da Ordem do dia. Entrava aqui numa questão que é importante. Nós tentámos que, naturalmente. fosse anunciado aqui na Lapa do Lobo porque, obviamente, teria uma adequação melhor, porque se trata de uma medida que também tem um impacto aqui grande na Lapa do lobo, nomeadamente com o nosso Embaixador Cristiano Pereira. Tem a ver com o Cristiano. Nós já sabíamos isso. Não nos imiscuímos disso, nem queremos, o Cristiano correu o último Campeonato como Atleta individual, ou seja, sem Clube. Ele, até há bem pouco tempo, tinha um Clube e deixou de ter Clube por razões que têm, diretamente, a ver com eles e estão a correr sem Clube. Entretanto, no que decorreu da conversa com o Município do que nós, naturalmente, endossámos os Parabéns, as Felicidades, o Orgulho que, uma vez mais, já falamos disso. Já nem há palavras para descrever. Houve uma vontade mútua, decorrente da situação de também o Cristiano estar sem Clube de o Cristiano vai continuar a correr. Foi-se entabulando ali a possibilidade de se fazer um protocolo, eventualmente, depois de tudo feito, para haver, formalmente, um Clube de Atletismo, com uma primeira instância com o Cristiano, porque é, naturalmente, ele que o é, com o objetivo dele e do próprio Treinador de fomentarem o que também já houve Atletismo no Concelho. Não estamos a falar de Atletismo Federado. Mas incutir a prática desportiva. É uma modalidade diferente e muito completa no que concerne à prática desportiva, salutar para o que é a nossa biomecânica enquanto seres humanos. E deu-nos muito orgulho saber essa possibilidade. E, eventualmente, depois alongar esta parceria com os Agrupamentos de Escolas e sensibilizar para a prática do Desporto através do Atletismo. Há a abertura, como nós já falámos antes, de uma pista. Temos uma pista no Concelho, mais, propriamente, em Canas de Senhorim. É uma pista de um Clube que é um Clube que não é Municipal, mas que desde sempre se tem mostrado disponível para o efeito e continua também disponível para o efeito. E para isso, será necessário fazer um protocolo. Depois fazer uma intervenção na pista. Aliás, já abordámos esse tema já mesmo no mandato anterior. E, portanto, o Cristiano já anda, informalmente, com o apoio, ou a colaboração, digamos assim, do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim a fazer alguns treinos lá. Compusemos um pouco a pista, se podemos dizer assim. Mas para isso acontecer a pista tem que ter um outro tipo de atenção e de intervenção. Parece-nos que é um projeto que tem pernas para andar. Naturalmente que há aqui questões ainda, apesar de toda a celeridade que foi colocada, ainda não foram buriladas todas as arestas que há, mas fazia sentido dizer-vos isto. Portanto, não venham nesta, mas na próxima reunião de Câmara, esse protocolo será feito, não só para a criação desse Clube, como um reforço do apoio ao próprio Cristiano, que neste momento deixou de ter um apoio também do Clube para fazer a participação nas provas. Quando é sobre a Federação, é uma coisa. Se tiver outro tipo de provas, naturalmente que é outra. Portanto, era essa nota. Esse protocolo, estava tudo alinhavado. Há sempre, nestas questões, legais e dos devidos enquadramentos, questões aqui que falta ultimar. E, portanto, quando trouxermos é com tudo, mas e aberto, naturalmente, depois de lerem o protocolo, com uma, ou outra sugestão que possa, eventualmente ser feita. Mas o espírito é neste sentido do Cristiano continuar a correr, continuar a competir, ter condições para isso e ter meios. E, simultaneamente, a fazê-lo também incrementar a Prática do Atletismo e lançarmos as nossas Escolas na Prática do Atletismo, desta Prática Desportiva salutar. Posto isto, em termos de informação, Senhor Vice-Presidente, faça favor. E depois a Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro. E, naturalmente, depois há a disponibilidade dos Senhores Vereadores. Senhor Vice-Presidente. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente. ----------

---- - Então boa tarde, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Funcionários da Autarquia e Estimado Público. Tenho pouca coisa. Só amanhã, acaba-nos e esperemos na próxima reunião de Câmara já ter boas notícias, sinal que o concurso público das piscinas municipais não ficou deserto. Amanhã é o último dia. A obra da Requalificação do Posto da GNR, que está ali a bom ritmo, no Posto da GNR de Nelas. A obra será entregue e acabada até ao final do mês de novembro, como já tínhamos falado aqui, na altura em que aprovámos aqui todas as papeladas inerentes ao processo. Dizer também e

isso é para nós uma boa notícia, que andamos diária e acredito que uma boa notícia não só para nós, Executivo, mas para a População em geral da Freguesia de Canas Senhorim e do seu redor: O Centro de Saúde de Canas Senhorim já funciona em pleno. Já foram desmobilizados os contentores., E já está a funcionar no Centro de Saúde requalificado e a funcionar a 100 por cento, faltando acabar a parte dos exteriores, os betuminosos, os lancis, o pavês, para vermos que a breve trecho esteja 100% finalizado. Pronto. O Senhor Presidente já tinha aqui também do Cristiano Pereira. Mas já falou. Já nem vou falar porque o Cristiano já é, todas as nossas reuniões de Câmara falamos no Cristiano e bem. É bom sinal. E que gente continue a falar sempre. Mas o Senhor Presidente já falou. Parabenizar também, que já parabenizamos na última reunião de Câmara, mas parabenizar também o Atleta André Coelho, que está na Convocatória da Seleção Nacional para a Finalíssima de Futsal que se irá realizar no Brasil. Acho que é um orgulho para todas as pessoas do Concelho de Nelas ver o André Coelho nas raízes que tem em Nelas, no ABC de Nelas. E vê-lo ao mais alto nível, que seja assim por muitos anos, que todos nós agradecemos o profissionalismo que ele tem, o orgulho com que ele diz que é desta Região. E desejar lhe também as maiores felicidades. E que venha de lá essa Finalíssima com sucesso para Portugal. Senhor Presidente, muito obrigado. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Senhora Vereadora. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Obrigada, Senhor Presidente. Cumprimentar a Mesa, os Seniores Funcionários da Autarquia e o Distinto Público. Mencionar algumas atividades que o Serviço Educativo do Município tem desenvolvido, que trabalha muito bem. E, neste âmbito da alimentação, comemorou o Dia Mundial da Alimentação com os Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Lançámos um concurso para uma receita baseada no leite e na fruta, que já distribuímos, diariamente, nas Escolas, como incentivo à alimentação saudável e às boas práticas alimentares e aderiram bastantes alunos. Lamentavelmente, só um é que ganhou com uma mousse de dióspiro. Estas sobremesas só poderiam ter leite e fruta. E, portanto, aí um incentivo saudável e como incentivo. E para continuarem com estas boas práticas, o Município ofereceu um voucher da FNAC ao Aluno que ganhou, que era um Aluno do Centro Escolar da turma do Terceiro B. No âmbito da Ação Social, apresentámos também no dia 21 de outubro um novo projeto designado Nelas a Cuidar, que é um projeto que tem uma ligação com o Espaço Com Vida da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que foi implementado na altura do COVID e que nós vamos trazer aqui porque entendemos que era um projeto bastante interessante. É um projeto que pretende ser preventivo, transversal e intergeracional. Preventivo porque pretende-se identificar e andar no terreno e prever situações de risco, não só nos Idosos, mas em toda a População. Transversal porque continuamos a incluir toda a rede que já temos e mais ainda, neste caso, inovador e intergeracional. Intergeracional porque envolve todas as gerações. Inovador porque vamos envolver também as Escolas desde os 3 anos de idade, numa faixa etária até aos 99, ou até aos 80, no sentido de criar uma cultura de cuidar e de sensibilizar as crianças para perceberem como é necessário cuidar uns dos outros e de todos. Porque todos precisamos de cuidar e de ser cuidados. E, basicamente, era isso que eu tinha para dizer. Obrigada. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Obrigado, Senhora Vereadora. Senhora e Senhores Vereadores. Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Obrigado, Senhora Vereadora. Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Muito boa tarde a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, considerem-se todos cumprimentados. De facto, Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, tem o condão de adivinho. A primeira alínea da minha intervenção é, exatamente, referente ao Cristiano Pereira. A pergunta que eu faço, Senhor Presidente, é: Que homenagem material o Município, não sendo passando por louvores e os agradecimentos que eu também corroboro e obviamente que é sempre de louvar o nosso compatriota, o nosso conterrâneo, é o termo que me estava a faltar e compatriota e conterrâneo, melhor conterrâneo se aplica e vejo, por exemplo, ali no Jardim da Lapa do Lobo está lá uma estátua ao Cristiano Pereira. Eu pergunto: O Município com participou nessa estátua? Fez alguma coisa? Deu alguma parte pecuniária? Fez alguma coisa por aquela estátua que lhe fizeram? Porque, Senhor Presidente, o rapaz, no que diz ao respeito que eu tenho pelo Cristiano. Já conheço há muitos anos e ao seu Treinador. Aliás, eu já o disse. Dei uma vez um parecer para o Treinador poder ser ele a acompanhá-lo nas horas de serviço. Eu pergunto: O que o Município de Nelas, em concreto e objetivamente, deu ao Cristiano, a não ser os papéis das atas? Era a pergunta que eu deixava. E se, de facto, comparticipou de alguma forma, financeiramente, materialmente, da estátua, do monumento, podemos dizer assim, ao nosso querido amigo Cristiano? Outra questão, que ainda hoje passei lá e manhã e aqui presumo que seja para o Senhor Vice-Presidente da Câmara, as passadeiras junto às grandes superfícies estão, completamente, apagadas. Até parece que os Cidadãos não precisam de umas passadeiras pintadas. Ou até parece ainda mais que os Senhores Políticos, os Senhores Autarcas a tempo inteiro, não passam naquela estrada, que é uma estrada com muita movimentação de peões. Quais? Todas. Todas. Logo aquela vai da Rotunda do Milénio, quem vai para o Pavilhão de Futebol, nem se nota, completamente, nada. Vá lá, quero louvá-los, que já cortaram os arbustos ilustres, que ficaram bem. Já quem vem de carro já consegue ver alguém a passar nas pseudo-passadeiras. Isso, eu, isso, é uma recomendação que eu faço. Gostava, de facto, ver aquilo, completamente, resolvido porque é importante. Senhor Presidente, no dia, eu vejo mal, que cada vez está pior, V. Ex.ª no dia, há pouco tempo, anunciou o seguinte: O Município de Nelas está com ESTGV, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, Universidade Politécnica de Viseu. Eu pergunto e quero depois Vossa Excelência também em 1 de setembro de/2025, anunciou um protocolo também com o Politécnico de Viseu. Eu pergunto: No âmbito deste protocolo, o que é que foi feito na inovação? Na tecnologia? O que é que fizeram? Será, algum, depois deste protocolo ter sido celebrado, o que é que este protocolo, em que é que este protocolo resultou? Que eu saiba, na minha modesta opinião, não vi nada. Pensava que íamos fazer ali um Polo de Investigação na Quinta da Cal AL e, de facto, está, até que se refere no Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão está cá expresso na notícia que Vossa Excelência mandou publicar no dia 1 de setembro de 2025 e que eu saiba, até esta presente data, nada, nada, nada foi feito. Também estávamos na altura de eleições, eu até compreendo. Depois, Senhor Presidente, eu pedi, já me ligou o Senhor Responsável pelo Setor das Obras, o Senhor Engenheiro João Luís. Mas, parece que está aqui como que um parto difícil, de me enviarem a relação das obras clandestinas que foram legalizadas. Até hoje não me chegou às minhas mãos. Eu pedi isso porque eu quero, eu tenho dados objetivos, concretos, escritos, de pessoas que fizeram obras clandestinas, que a Câmara tem o conhecimento, porque eu admito que a Câmara não tem o conhecimento de todos. É possível. Acredito, porque eu também não tinha, por exemplo, quando fui Vereador. embora, não fosse não fosse. A minha área era mais até a parte das Obras Particulares das Obras da Câmara. Mas, ó Senhor Presidente, eu não sei o que é que se passa. Porque é que não me é enviado o nome das pessoas que pediram a legalização? O que é que eu quero ver? Se o nome das pessoas que pediram a sua legalização está, ou não, ilegal, ou estão, ou não legalizadas, as demais chamadas obras nos termos do Decreto n.º 555, está, ou não legalizado, estão, ou não clandestinas, que eu tenho dados. Não é nesta pasta, é naquela. Tenho dados numa pasta de factos em que a Câmara sabe que as obras estavam clandestinas. Relatou que as obras estavam clandestinas. E eu quero saber se elas foram, ou não legalizadas, ou se o Senhor não as legaliza porque é amigo do Executivo. É isso que eu quero saber. Designadamente, umas fotografias que circularam no Santo António dos Cabaços, antes das eleições da ANCOSE, que ele apareceu abraçado e estou com a minha gente. Eu quero saber

se este Senhor legalizou, pelo menos um desses Senhores legalizou aquilo que era clandestino. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Se o Senhor me ajudar. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Presidente, isso não o vou fazer. Não o vou fazer porque Vossa Excelência fez uma coisa que eu fiquei triste. Mas disso já dei conta à IGF. Foi quando levantei um incidente das eventuais prescrições dos processos de contraordenações. Vossa Excelência, logo depois de eu ter levantado desse incidente, mandou cartas aos Cidadãos, aos Arguidos, para virem pagar, 3, 4 anos depois. O Senhor sabe que as multas, há multas, penso que a memória aqui não me está a atraiçoar e o meu Direito não me está a esquecer, são 5 anos. Vossa Excelência veio, Vossa Excelência veio tentar tapar aquilo, enviando cartas à posteriori, depois do meu incidente. Vamos ver o que é que a IGF diz sobre essa matéria. Vamos ver o que a IGF diz.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Vamos ver. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Vamos ver, exatamente. Eu participei. Esta é outra história. Isto também é para o Senhor Vice-Presidente da Câmara, que é o seguinte: O Campo de Futebol. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Está a falar muito para mim, hoje. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não. Só estou a fazer perguntas. Também não o posso poupar às perguntas. Tenha paciência. Campo de futebol. Sintético do Sport Lisboa e Nelas, ou da Câmara Municipal. Entendam como se vocês quiserem. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - É municipal. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Foi, está, ou não está a ser cumprido o caderno de encargos? A pergunta que eu faço, só estou a perguntar. Para mim, quando faço uma pergunta porque é uma dúvida. Há uma pergunta que eu faço é: Se o caderno de encargos foi, ou não foi, ou vai ser, ou não vai ser aplicada à manta geotêxtil? Que a informação que me deram é que não vai ser aplicada à manta geotêxtil. Como também não baixaram, não desaterraram o que era necessário. Mas a pergunta que eu faço é: Se o caderno de encargos está, ou não está, a ser encerrado, cumprido? Peço perdão. Depois fala-se aqui, ainda agora o Senhor Vice-Presidente falou e bem, que está, termina amanhã o prazo de concurso para a requalificação das piscinas municipais. A pergunta que eu faço ao Senhor Vice-Presidente, ou ao Senhor Presidente da Câmara, responderá quem souber, certamente saberão os 2, se me podiam facultar o programa de concurso desta obra. E perguntar, mas também, está bem, ó Senhor Vice-Presidente vai aqui, diz ao Fernando, diz à Engenheira, não sei quê, à Engenheira não sei quê, para lhe tirarem os dados e tiram-lhos. Eu não faço isso. Eu não trabalho a tempo inteiro para a Câmara Municipal. Recebo apenas 75,00 euros, ou 70,00 euros por cada reunião que aqui venho. A pergunta que eu faço é se me podiam enviar o caderno de encargos e se e se este concurso, esta requalificação tem alguma coisa a ver com as piscinas, ou tão só e apenas passa pelo telhado e pela parte da eficiência energética. Era isso que eu queria saber. Se me quiser responder, é só por isso, agradecia. Outra questão, que eu tenho aqui uma fotografia que me enviaram, uma pessoa da Lapa de Lobo, tem a ver com a Orca da Lapa do Lobo, que está uma miséria, cheia de mato, que não está tratada, nem sequer limpa. Gostava de saber o que é que

se passa. Se tiverem dúvidas, tenho aqui a fotografia. Obviamente não vou mostrar aqui quem ma enviou. Eu compreendo que a Lapa de Lobo está no extremo do Concelho, que já me faz lembrar a minha mãezinha, coitadinha, que Deus a tenha lá na paz e no descanso, que andava a regar as belgas das batatas e à belga mais distante a água que não chegava lá. E na Lapa do Lobo parece que está a acontecer isso. Aliás, nós verificamos que a Lapa de Lobo, desde, aí, 5, 6 anos, pouco, ou nada foi feito aqui. Por isso, deixo aqui esta recomendação por causa da Orca da Lapa de Lobo, pelo menos a Orca ser limpa. Depois à Senhora Vereadora Elsa Loureiro, V.ª Ex.ª falou aqui num programa que eu tenho acompanhado, sobre a alimentação saudável. A pergunta que eu lhe faço é se nesta alimentação saudável, que eu aplaudo, é se estamos a comprar aos produtores locais, os alimentos, por exemplo, a batata, a salada, os tomates, falou dos diospiros, v. Exªs compram os diospiros, tudo o que é produto local está a ser comprado aos produtores locais. Era isso que eu gostava de saber. E, para já, fico-me por aqui. ----------
---- O Senhor Presidente:----------
---- - Espere só um bocadinho. Eu até lhe envio isto em tempo real. Caderno de empreitada da requalificação das piscinas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Tenho que ver em casa e imprimir. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas também não há problema. Se o Senhor Vereador e fica aqui o compromisso. Ó Senhora Dr.ª Ana, se não se importar. Já? Na Contratação. Se o Senhor Vereador lá quiser passar amanhã à hora que lhe der jeito. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eventualmente, sexta-feira, sexta-feira. Sim, é melhor, é melhor. Passo lá. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Olhe, eu vou-lhe mandar na mesma por Watshap. Está bem? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Muito obrigado. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas, depois, a Senhora Dr.ª Ana deixe-lhe ficar, sem problema nenhum.----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Porque, Senhor Presidente, quem ler aquela vossa notícia, não quero classificá-la de Fake News, nem, bem longe daí. É que parece que estamos aqui a fazer umas piscinas novas lá dentro. E, se calhar, nem mexem no tanque. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então, estamos a requalificar. Também mexe. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas o que é que vão mexer? Já agora. ----------
----- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mexe na reestruturação. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas o tanque, em si, é desviado? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, não. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas o texto em si, é que quem ler aquela notícia, eu compreendo a notícia. Como é que elas são dadas. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas, isso, está lá claro. Está lá claro como a água. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Desculpe. Não, não estão. Desculpe. Não, não estão. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Olhe, fui eu que a redigi. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Não, não estão. Eu sei que foi o Senhor que a redigiu. Aliás, é o Senhor que as redige quase todas. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Está enganado, está enganado. Se fosse o caso, dir-lho-ia. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu acho, eu acho, eu acho que tirei. Eu acho que tirei. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Requalificação energética para as piscinas municipais. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas não é isso que diz lá. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - É o que lá está. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu tirei isso, não sei. Eventualmente, não tenho aqui, não vamos estar agora a especular. Força, força, Senhor Presidente. Desculpe. Não vale a pena estarmos a especular. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, sem problema. Dar-vos, então, as oito notas, a ver se conseguimos fazer. No que concerne ao Cristiano Pereira, o Cristiano Pereira, como não sabemos, embora seja nosso conterrâneo, corria para um Clube, ou por uma Entidade, digamos assim, que não era do Concelho. E havia alguma ambiguidade nisso. Que tipo de apoio podia ser concedido. E, isso, foi solicitada a informação sobre isso. E nós apresentámos, no mandato anterior, o primeiro apoio que o Cristiano teve, capitalizável. Aliás, até já veio a reunião de Câmara também para este ano. E, portanto, esse apoio é um apoio que era o que se lhe era aconselhado. E, neste momento, o que nós estamos a fazer é, com a criação de um protocolo que eu falei de um Clube local. Naturalmente, passa a ser um Clube localizado cá no Concelho. E, portanto, a margem de haver o reforço é grande. E é nesse sentido que estamos a fazer. Mas o apoio financeiro ao Cristiano já era feito nos moldes que nos foi indicado, independentemente do Cristiano não correr por um Clube do Concelho. E, portanto, nós fizemos isso a primeira vez em 2023, se a memória não me atraiçoa, 2023, 2024? Mas julgo que 2023 e, portanto, foi nesse sentido. A outra questão, houve, o Cristiano tem uma situação profissional num Equipamento Desportivo de um outro Município. E, sentimo-nos confortáveis, se assim fosse o caso dele. Também falámos com os responsáveis hierárquicos do Cristiano e com ele se, eventualmente, até por ser mais próximo e ser mais fácil, para ele fazer essa mobilidade para o próprio território. Nós também falámos isso no mandato anterior. Dissemos ainda que, com o protocolo com o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, porque tem que ser e com o apoio que já foi formalizado do Senhor Secretário de Estado do Desporto, o Senhor Dr. Pedro Dias, a pista de Atletismo, que também falamos aqui neste protocolo, que funcionava com um comodato de estar disponibilizado pelo Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. A Câmara faz um contrato, um protocolo tripartido. Portanto, faz a intervenção na pista e o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim cede por comodato para a prática do Atletismo. Aquela pista, que ficará com o nome do Cristiano Pereira. Não é só pecuniário. O Cristiano Pereira tem ido a diversos Eventos a representar o Município, como Embaixador do Coração do Dão. Foi nomeado e galardoado, digamos assim, com essa Distinção. E, portanto, no que concerne a honrarias concedida da atribuição do reconhecimento por parte da Autarquia, quer na parte do apoio substancial e estamos a falar aqui em dois campos. Um, financeiro, que já está feito e foi feito a primeira vez e vai ser reforçado. E vai ser criado um

Clube cá. E há uma pista que vai ser feita e vai ficar com o nome do Cristiano Pereira. Julgo que nunca, haverá sempre reconhecimentos melhores e maiores. Mas parece-me, claramente, que estamos no bom caminho. No que concerne às passadeiras, eu deixava depois isto para o Senhor Vice-Presidente. Passo isto a correr depois passo para o Senhor Vice-Presidente. No que concerne ao protocolo, explicar uma coisa, como funciona: O protocolo com o Politécnico de Viseu e com a Escola Superior de Tecnologia de Viseu são dois protocolos distintos. Para fazer um protocolo com as Escolas Superiores, que é, onde, de facto, depois vai haver trabalho de campo de investigação efetivo, mas já lá vamos, tem que haver o protocolo chapéu com o Politécnico de Viseu. Aliás, foi aprovado também no anterior mandato e depois sufragado, mais tarde pelas Entidades. Tem que ser pelo Conselho Pedagógico, o Conselho Científico do Politécnico de Viseu e, naturalmente, em reunião de Câmara. Este protocolo, o Politécnico, agora a Universidade Politécnica não disponibiliza nada de concreto. Agora é obrigatório, nos trâmites, ser aprovado, primeiro em Científico, em Pedagógico da Universidade Politécnica e depois trâmite para cada uma das Escolas Superiores. Quer isto dizer o quê? A operacionalidade do protocolo é feita desta maneira. É com a Tecnologia. A breve trecho, será com a Escola Superior Agrária. E, de seguida, com a Escola Superior de Saúde. Para não ser muito exaustivo. O que nós temos neste protocolo são situações já definidas. Está instituído. E isto demorou o seu tempo porque tem que ser apresentado. Tem que ser apresentado à Tutela, ao Ministério, à 3 E, que faz a acreditação do Ensino Superior e a validação dos cursos, entre, por exemplo, o Curso Técnico Superior Profissional de Enoturismo, Gestão de Enoturismo, vai funcionar a partir do próximo ano, a parte da componente prática é em Nelas. É um curso que tem 2, tem uma tipologia de e-learning, tem uma tipologia teórica na Escola Superior de Tecnologia e vai ter uma componente prática e teórica em Nelas. E, portanto, na parte do Enoturismo. Ainda no que concerne ao protocolo, entre outras coisas, a implementação do apoio para a implementação da telemetria e da telegestão da água em baixa. E um conjunto de outras iniciativas, que estão identificadas e devidamente, com cronograma próprio e que já estão em laboração e que se concretizarão. Por exemplo, a gestão do curso, como estou a dizer, tem um processo que desde que foi assinado com o Politécnico, passou os tempos onde tem que ir aos Conselhos Científicos, Pedagógicos, ao Ministério, à Tutela. Foi aprovado. Está em condições de ser implementado. E vai ser implementado em 2027/2028, embora parte de Estágios deste ano letivo e de 2026/2027 já sejam feitos de forma experimental no nosso território. Sobre as obras clandestinas, eu não sei, Senhora Dr.ª Ana. Portanto, eu, podemos ter aqui informações diferentes. A informação que nós tivemos no Serviço é que quando tivessem isso tudo, remeteriam para a Senhora Dr.ª Ana e traríamos para cá. É a informação que temos do Senhor Engenheiro João Luís. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Ele ligou-me a perguntar o que é que eu pretendia e eu disse-lhe que só quero tal e qual, há um mês, ou, para aí, há 2 meses. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Portanto, como vê, não há aqui, mas não leve mal, não leve a mal. O Senhor Vereador Dr. Marques deu a entender que poderia haver aqui alguma coisa menos correta. Não leve a mal, mas deixe-me só dizer-lhe. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Fiz-lhe um pedido. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - O que eu estou-lhe a dizer é: O pedido foi feito. Ficou a Senhora Dr.ª Ana a tratar do assunto com os nossos Serviços e nós, naturalmente. E, portanto, os Serviços, o que nos disseram é que era uma questão muito extensa e quando tivessem isso, enviavam. Foi, mais, ou menos, isso que dissemos. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Acho que não são, assim tantas obras. Não são assim tantas obras, por amor de Deus, 10, 20. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Olhe, Senhor Vereador, Senhor Vereador: É a benesse de dizer que tudo o que tem pedido não lhe tem sido sonegado nada. Portanto, naturalmente, será isso. Se o Senhor Eng.º João Luís já lhe disse isso e se o Senhor Vereador já lhe respondeu, creio que é, demasiadamente, evidente, 2 + 2 são 4. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Mas é uma coisa simples, Senhor Dr. É uma coisa simples. É só dizer: Foi realizado este e aquele. Pronto. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Ó Senhor Vereador Dr. Marques, ouça: Está encaminhado. Portanto, a Senhora Dr.ª Ana anota sempre ali no caderninho de capas negras, onde nunca se esqueceu. E, portanto, fica lá, devidamente, anotada essa questão. Falar com o Senhor Engenheiro João Luís, até no seguimento, portanto, que se torna a informação disponível para o Senhor Vereador e não, necessariamente, na próxima reunião. Se for antes e estiver pronta, é enviada por e-mail. Pode ser, Senhor Vereador? ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Pode, pode. Não tem problema nenhum. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Até mais, se o Senhor Engenheiro João Luís, por alguma razão, conseguir agilizar isso mais atempadamente, como o Senhor Vereador tem que passar lá por causa da empreitada. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Eventualmente, sexta, ou segunda. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Ó Senhor Vereador, esteja à vontade, tranquilo. A documentação está lá. Quando puder, passa lá. Não há problema ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Muito obrigado. Muito obrigado. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Sobre o relevado sintético, eu, o Senhor Vice-Presidente, remeto-o para ele, embora eu pudesse responder, mas remeto para ele. A requalificação das piscinas municipais, portanto, está, claramente, a requalificação das piscinas municipais e do pavilhão municipal são ao abrigo da eficiência energética. Mas, convenhamos: O que é feito ao abrigo da eficiência energética, também os Centros de Saúde o foram e as Escolas, na grande maioria, também. E é uma candidatura que tem essa comparticipação para a eficiência energética. E nós fazemos a intervenção com o que está tipificado, que é o apoio elegível. Nós não podemos perder a oportunidade de haver uma candidatura de um concurso e irmos a jogo. Desculpem a expressão. E, portanto, naturalmente, que está identificado. E acho que toda a gente concorda que as piscinas precisam de um olhar urgente e de uma intervenção urgente. E, esperemos nós que haja mesmo concorrentes e que seja feito. Naturalmente que a intervenção incide sobre a componente energética, em particular. Mas uma empreitada, como outra qualquer e as do PRR, nós, obviamente, depois no que é a gestão da empreitada, há questões que estamos a mexer. Vamos aproveitar o apoio para as intervenções numa área. E o Município, do Orçamento, fará intervenção na parte complementar. Dou só um exemplo muito rápido: As Escolas Secundárias. O mobiliário não estava contemplado. Nós requalificámos a Escola. Não fazia sentido que as cadeiras e as mesas fossem as que estavam lá há 30, ou 40 anos. Mudámos as mesas e as cadeiras, do Orçamento Municipal e bem. Os pisos dos pavilhões, os pavilhões, foi tudo mudado. A sala dos Professores, as casas de banho, tudo o que era a infraestrutura, foi mudada também. Foi o apoio da eficiência energética, da cobertura, tudo.

Mas, naturalmente, os pisos não faziam parte da eficiência energética e nós vamos fazer intervenção na interrupção letiva do Natal nos dois pisos. Nas piscinas, Senhor Vereador, será o mesmo. Agora, não, não contempla a expansão da piscina, ou a criação de um novo tanque. Sendo certo que, se houver abertura depois para mais tarde, há o desejo e a vontade de estar em cima da Mesa e está a ser feito o estudo estrutural, ou a ampliação da piscina, que tem uma margem para crescer, mas é reduzida, mas pode ter um problema de estrutura, ou um, ou uma outra componente que possa permitir onde os mais novos tenham a aprendizagem, um tanque, mas um tanque de dimensões. Não é uma coisa, diminuta, simultaneamente, com a piscina, de acordo com os pareceres técnicos, de acordo com o Arquiteto que está a estudar isso e está a ser estudado. E remato sobre esta parte que é importante: Pela primeira vez, de acordo com as informações que temos dos Serviços, não temos lista de espera. Nós tínhamos. Ou seja, nós tínhamos mais candidatos do que vagas disponíveis. Mas, atenção, não deixa de ser um risco que se está a correr porque é o mesmo tanque. Tem mais pessoas. Logo obriga a ter um tratamento ainda mais cuidado, mais incisivo e mais atento. Mas naturalmente que0 nos compraz registar que temos neste momento, em termos de Utilizadores individuais, entre 1.400 a 1500, porque eles estão a alternar com as Escolas e Utilizadores. O que eu acho que é fantástico e não termos lista de espera. Sobre a Orca da Lapa do Lobo, o Senhor Vereador sabe e há aqui gente na sala, acho que toda a gente que está aqui na Câmara e gente que está no Público que sabe isso. A Orca da Lapa do Lobo é propriedade privada. E o que nós temos lá feito em termos de intervenções, tem feito, numa primeira instância, num protocolo que houve e bem, com os Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e com a Universidade de Lisboa, obviamente, com a parte da Arquitetura. E, depois, mais tarde, com o apoio, mais até logístico, do Município. Ora, mesmo sendo privada, o Município, já há 3 anos, sensivelmente, está a negociar com o Proprietário, quer da aquisição desse espaço, quer da Orca de Canas de Senhorim, que também está em espaço privado. E negociámos uma infraestrutura, que é de que o Senhor Vereador gosta muito e bem, de que nós também gostamos, que t0em a ver com o Parque de Vale de Madeiros. O Parque de Vale de Madeiros era privado e nós adquirimo-los. Comprámos ao Proprietário. O proprietário é o mesmo. E, portanto, nós tivemos unanimidade para adquirir este terreno. Para quê? Para libertar, precisamente isso. Como sabe, se é privado, só mesmo com um protocolo. E a Universidade de Lisboa fez a interrupção das atividades. Nós tínhamos atividades todos os anos ali na Orca. Momentaneamente, a Universidade interrompeu. Já nos sinalizou que quer retomar o assunto com o protocolo, com os próprios Bombeiros, com a Câmara. E, depois, aí, sim. Para todos os efeitos, agora é privado. E nós já falámos com o proprietário que, ou por aquisição, ou por comodato, gostaríamos de ficar com aquele espaço. E negociámo-lo, ao mesmo tempo, com o de Vale de Madeiros, que já conseguimos. Já é propriedade da Câmara. E pretendemos com a Orca da Lapa do Lobo, para evitar isso, fazer o mesmo. Alimentação das Escola e deixo para a Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro. Mas, só deixar 2 coisas. É assim: A alimentação das nossas 2 Escolas tem 2 componentes diferentes. Portanto, o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim confecciona, a própria cozinha, a alimentação. E compra, diretamente e sim, nos Produtores locais. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pronto, ótimo, ótimo. Parabenizo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas já fez isso sempre. Não é de agora. Sempre fez isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não me interessa. Mas, eu não sabia. Parabenizo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Nos também. Nós também subscrevemos. Quando foi a delegação de competências houve a possibilidade de tramitar. Havia ali, quase, não era uma obrigação, mas para passar para cadeias de alimentação, como é no Agrupamento de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim não quis. E perguntou-nos se nós apoiávamos. E nós apoiámos. Tem as cozinheiras, tem o sistema feito. Compra no comércio local. Não comprarão tudo. Mas a maior parte dos ingredientes sim, compra no comércio local e ativa a economia local. Acho que era por aí que

também que o Senhor Vereador queria ir. O Agrupamento de Escolas de Nelas, não, é uma empresa, é um contrato Público. Nós lançamos o concurso porque o Agrupamento de Escolas de Nelas já há muitos anos que prescindiu disso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - As refeições são feitas fora. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Sim. Assim como no Pré-Escolar e no Primeiro Ciclo, rigorosamente, igual. Mas, de qualquer maneira, o Senhor Vice-Presidente, as passadeiras e o sintético municipal, faz favor.
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Então, começar, aqui, pelas passadeiras. Também volto outra vez, as passadeiras. Eu até acho que já falei nisto aqui, não tenho a certeza. Aqui, não foi de certeza, mas numa reunião de Câmara. As passadeiras, nós tínhamos planeado até ao final do verão ter as passadeiras pintadas do Concelho, principalmente aquelas que estão, como o Senhor Vereador Dr. Marques diz, mais gastas, mais apagadas, só que. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ouça, desculpe interromper a suja intervenção Mais apagadas, não. Na totalidade, apagadas. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Algumas. Outras, nem tanto. Só que tudo nos tem atrasado um bocadinho. Por exemplo, as Escolas, nós precisamos de marcar as passadeiras em frente às Escolas e as obras ainda não estão prontas. Temos também e o Senhor Presidente já falou sobre, se eu não estou em erro na última reunião de Câmara. Vamos dar um dar uma requalificação, chamemos-lhe assim. Também não vou entrar muito dentro do que é requalificação, na Variante, em que o Senhor Dr. Manuel Marques está a falar. O que é que nos adianta estar a pintar umas passadeiras, se depois as máquinas do alcatrão vão lá passar por cima? Vão pintá-las de preto, o que já é branco? É? Eu sei o que é que você me vai dizer. Eu sei o que é que você me vai dizer. Eu sei o que é que você me vai dizer. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Vice-Presidente, então, mas não bastavam 300,00 euros, ou 1.000,00 euros para passar uma passadeira e para poupar vidas humanas. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Não é a nada disso que eu me estou a referir. Mas é o que eu lhe estou a dizer. Não são só as que você me está a referir. Você está a falar em 3, ou 4. São 18, urgentes. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - E depois? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - São 18. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu concordo consigo, Senhor Vereador, mas temos que acabar a obra, primeiro. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - São 18. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Está bem. Mas aqueles 18.000,00 euros que gastou naquela bugiganga que está na rotunda, dava para as pintar todas. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Já estamos a ir para outro lado. E ainda sobra dinheiro. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Ainda o hei-de ver ir fazer lá um vídeo para o Tik-Tok. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu não vou lá fazer vídeos. Não, o Senhor é que faz, mais o seu amigo. Mas, se ele pensa que está imune a responder às minhas perguntas, está enganado, digo-lhe já. Se o Senhor Vice-Presidente pensa que está imune a responder às minhas perguntas, está enganado. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ele não precisa de Advogado de Defesa, mas sou bom amigo dele, graças a Deus, sim.
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Mas para lhe responder sobre as passadeiras, temos isso planeado e espero, durante este mês, este mês de novembro ficar. Mas você quer saber das passadeiras, ou das comportas? Acredito que durante o mês de novembro as passadeiras estejam tod0s prontas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pronto. Ótimo. Mas valeu a pena levantar aqui este incidente. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Não, não, valeu a pena. Já está. Se você quiser vir ter comigo amanhã, mostro-lhes os orçamentos que lá tenho. Tenho lá 3 orçamentos já das passadeiras à espera. Só que você sabe tão bem, ou melhor do que eu, que pintar umas passadeiras hoje e amanhã passar lá um camião de alcatrão. Pronto, mas você faz o seu papel e eu respeito e bem. Você faz o seu papel e eu respeito e bem. E, amanhã, as parceiras vão estar pintadas e você vai dizer que falou na reunião da Junta da Lapa do Lobo, que estão pintadas porque você falou. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas, é mentira? É mentira? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Você tem razão. Faz o seu papel e bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas, se vocês fazem política. Usam a página da Câmara com um forrobodó de notícias, eu, por publicar no meu Facebook. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Está a fazer o seu papel e bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas, há algum problema? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. Pelo contrário. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Para si. Mas eu sei que o Senhor Presidente não gosta quando há pessoas que comungam das suas ideias. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Está enganado, está enganado. Ó Senhor Vereador, você não pode dizer tudo o que lhe dá na cabeça. Comprova lá isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Comprovo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Comprove lá, isso. Até podemos falar os dois lá fora, à saída. Há vontade. Vou-lhe dizer: Quando quiser. Espere, espere, quando quiser, há hora quiser, no sítio que quiser. Já lhe disse o que tinha a dizer. Não lhe digo mais nada. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Tenho pessoas que até sou capaz de as ir buscar. Um é Presidente de uma Associação do Concelho. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - São tantas, graças a Deus, cada vez mais. Cada vez mais. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu, uma vez, perguntei-lhe: Então, deixaste de fazer as tuas críticas? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Quando quiser. Olhe, Senhor Vereador, digo-lhe assim. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não estou autorizado. Eu peço autorização. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Quando quiser. Ó Senhor Vereador, quando quiser, esteja à vontade. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Até pode ser que ele lhe escreva. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Quando quiser. Isso tudo. Quando quiser, quando quiser. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Mas, pronto, as passadeiras, o assunto está esclarecido. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - A esquina onde passou o Senhor Vereador Dr. Marque, eu também já lá passei. Mas, vá. Continue. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Desculpe, não percebi. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - A esquina onde passou o Senhor Vereador Dr. Marque, eu também já lá passei. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - O campo sintético do Municipal, não sei quem é que lhe deu essas informações. Mas, tudo bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Foi um Cidadão deste Concelho. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Tudo bem. Mas posso-lhe dizer que o campo está pronto a levar a relva. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: Levou a manta geotêxtil? Foi a pergunta que eu fiz. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Eu sei porque é que você, eu até lhe posso responder, mas não lhe quero responder porque é que você me fez essa pergunta. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó meu Deus. Você sabe de que sei daquilo que você sabe daquilo que eu estou a falar. --
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Eu sei porque é que você me está a fazer essa pergunta. Mas isto é uma empresa que ganhou uma obra e a quem ela contrata fazer o serviço o Município não tem nada a ver com isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - É uma subempreitada, segundou ouvi dizer. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - O Município tem que pedir contas ao dono da empresa da Conbego, que foi quem ganhou. Agora, se mandou vir a manta geotêxtil ao Fulano A e mando ao B. E o B é que a lá meteu e o A tem-na lá e ele não. Isso é um problema que não é nosso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Está a chegar onde eu queria que chegasse. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Sei quase tanto como você. Agora, posso-lhe dizer e em relação àquilo que você nos falou, o caderno de encargos está a ser cumprido à risca, seguido por mim todos os dias. A manta geotêxtil está aplicada. O campo não começou hoje a levar relva porque, nem o Senhor Presidente sabe, só nos vimos agora aqui. Mas fica também a saber já ao mesmo tempo do Senhor Vereador. O campo não levou hoje a manta. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Está a ver a informação privilegiada, olhe? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - A manta não levou hoje a relva sintética. A aplicação não começou hoje porque chegou o camião ontem da Sport Bus, que eu também não sei dizer o que é. Sei o que é, mas não sei o que é porque nunca vi. É inédito em Portugal. É a primeira vez que vai ser aplicado em Portugal. É uma é tipo um. Não é uma manta, mas é uma coisa de cortiça, é um choque, é uma base de amortecimento, uma base de amortecimento. E ontem chegou o camião e os Senhores não mandaram a fita que cola o shock pad das placas. Por isso é que não foi aplicada hoje. Se tudo correr bem, até sexta-feira, começam a aplicar a relva. O mais tardar, pelo que me disse, segunda-feira. Mas acredito que até amanhã, ou depois de amanhã, cheguem cá as fitas. Têm um nome. Também não quero estar a inventar. Mas é o nome das fitas, que vai colar o shock pad e vai fazer a base de amortecimento. O Senhor Presidente já tinha dito isso aqui uma vez, é um projeto pioneiro no País. Existe em Espanha. Nunca existiu em Portugal. Existe uma relva igual em Portugal, que é em Oeiras, se eu não estou em erro. Não quero estar a mentir. Acho que é em Oeiras. Mas o shock pad. ----------
----- O Senhor Presidente: ----------
---- - Oeiras e Rio Maior. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Mas shock pad é a primeira vez que está a ser usado em Portugal. Há bocadinho ligou-me o Senhor da empresa que vendeu, há bocadinho. Agora, tem que me deixar acabar de falar. Há bocadinho ligou-me o Senhor que vendeu este shock pad à empresa Conbego a pedir autorização para fazer uma publicação do material. É o primeiro a ser usado no País. Eu não lhe dei autorização porque ainda não tinha falado com o Senhor Presidente, como falámos nós. É o primeiro a ser usado no País. E para ficar descansado. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pronto. Ótimo. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Está o caderno de encargos a ser cumprido. Mas eu sei onde é que você quis chegar e também adivinho quem lhe passou informação. Mas ficamos por aqui. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Muito bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Senhor Presidente sabe muito bem como é que era, no nosso tempo, na Oposição. -----
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu disse-lhe que a esquina onde você pensou, já eu lá tinha passado. Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro, não sei se quer acrescentar alguma coisa mais por causa das Caldas da Felgueira? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Em relação às Caldas da Felgueira, ao seu contraditório. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Com certeza. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Primeiro, quanto à questão do nosso conterrâneo Cristiano Pereira, eu não entendi bem e não colou a sua explicação. Sou-lhe sincero. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tudo bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não colou a sua explicação. Eu explico porquê. Porque, quer a Junta de Freguesia, quer

a Câmara Municipal estão sujeitas ao Regime Jurídico das Autarquias Locais. Ora, se Vossa Excelência não pôde ajudar, materialmente.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Ajudámos, ajudámos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
----- - Foi isso que eu entendi da sua sua resposta. Está a imputar responsabilidades à Junta, como que tivesse violado este Regime Jurídico. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Nada disso. Nada disso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
----- - Foi isso que eu entendi da sua resposta. Está a imputar responsabilidades à Junta. O que eu não acredito. O que eu não acredito. Pronto. Não foi nada disto. Estou esclarecido. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Estamos a falar de atribuição de apoio. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
----- - Não. Estou esclarecido, estou esclarecido. Agora, Senhor Presidente, outra que também não cola foi a história do Politécnico Viseu. Eu leio mal, eu leio mal. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, se quiser, eu faço-lhe um esclarecimento adicional. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Entre as áreas de intervenção previstas, não é prever, são previstas e o Mestre da área de Português é Vossa Excelência, previstas, encontram-se o Centro de Estudos Vitivinícolas. Portanto, estava tudo previsto. O Senhor vem dizer que, de facto, fez aqui um protocolo, em setembro, generalista. Foi isso que eu depreendi da sua intervenção. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Deixe ver. Não é isso que fala aí. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Fala, fala. Eu sublinhei, até sublinhei, está preto, sublinhado por mim. Está, está, Senhor Presidente, está, está. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas eu já lhe expliquei na altura. Não é isso, que eu já lhe expliquei. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Está lá, ou não está lá escrito, Senhor Presidente? Está lá, ou não está lá escrito? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Já lhe expliquei isso. Uma mentira sobre uma mentira não é uma verdade. Eu explico: Eu sei que no Centro de Estudos Vitivinícolas é onde vão funcionar, naturalmente, os testes.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não é isso que estamos aqui a discutir. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Você pediu um esclarecimento e eu dei-lho. Se você acredita é uma coisa. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, não é isso. Não é acreditar nas suas tangas, ou desacreditar. O que V. Ex.ª disse é que o contrato de 1 de setembro 2025 era um protocolo generalista. Que depois, por cada secção, por cada secção, seria emitida de protocolo. Não é isso que o Cidadão comum entendeu disto. Eu sou um Cidadão que estudo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Está a acontecer. Ó Senhor vereador, quando se faz um protocolo com uma Instituição, eu, se quiser, até lhe faço uma coisa: Peço à Universidade Politécnica para lhe enviar uma informação para perceber os procedimentos. Quando se faz um protocolo. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Presidente, não vale a pena. Depois a informação vinha com o da Águas Douro e Paiva. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Olhe, não é presunção e água benta. Não é presunção e água benta, mas sobre o Ensino Superior domino alguma coisa. Deixe que lhe diga uma coisa: Um protocolo para fazer com uma instituição tem que ser feito um protocolo amplo. E o protocolo amplo já pode prever. ---
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Um protocolo amplo? Porquê? Eu faço protocolos com a Universidade de Coimbra e não vou lá falar, nem na Medicina, nem na Medicina Veterinária. Ó Senhor Presidente, amplo? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, Senhor Vereador, olhe, deixe-me que lhe diga uma coisa: Moral da história - Vamos ver se o que está lá é para ser implementado, ou não. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Vamos ver, um ano depois? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não é um ano depois. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Um ano depois, Senhor Presidente da Câmara? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, já lhe expliquei isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Só serviu para campanha eleitoral. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não é verdade. Você pode dizer o que entender. Você sabe como é que funciona a criação de um curso? ----------
--- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Sabe quando é que foram as eleições de 2025? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó homem, você percebe, você sabe como é que o procedimento de um curso? Ó Senhora Dr.ª Ana, faça-me um favor. Eu vou pedir à Universidade Politécnica para enviar uma informação. Vem aqui a reunião de Câmara, para perceber o Senhor Vereador Dr. Marques como é que funciona? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Já lhe disse que ela é feita à medida do seu fato, ou feita à sua medida. Não venha com tretas, ó Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente. ----------
---- - Ó meu Deus. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Tenho que lhe dizer isto. ----------
---- O Senhor Presidente. ----------
---- - Ó Senhor Vereador, há coisas que. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Presidente do IPV, sei eu bem quem ele é. E sei da amizade que ele tem consigo. Aliás, o Senhor é Funcionário dele. ----------
---- O Senhor Presidente. ----------
---- - Mas o que é que tem a ver uma coisa para outra. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Deu a cara por ele. ----------
---- O Senhor Presidente. ----------

---- Senhor Vereador, não leve a mal. No que concerne a isto, não acrescento mais uma palavra. Senhor Vereador, não acrescento nem mais palavra. Fale o que quiser. Não acrescento nem mais uma palavra. Não vale a pena. Vamos ver as coisas.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pois, vamos ver as coisas, vamos, eu sei. Quero ver isso a funcionar, rapidamente. É já amanhã. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Isso, vai-lhe custar depois. Vai-lhe custar a digerir. Vai, vai, vai. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Senhor está enganado. Tudo que é para bem do meu Concelho digiro com muita facilidade. O Senhor é que é capaz de não. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Estamos entendidos. Só você é que tem razão. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Você é que não consegue digerir as críticas que eu lhe faço. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Você é que é o paladino da verdade. É.É. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Isso é que o Senhor não consegue digerir. Paladino da verdade, sou tanto como o Senhor. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tranquilo. Já está? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Já. Já acabei. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Muito bem. Período de Antes da Ordem do Dia encerrado. Obrigado pelos vossos contributos e pelas ideias que, entretanto, trocámos. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2026

---- Presente a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 30 de setembro de 2026. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu não sei se há alguma coisa na ata que queiram, eventualmente, corrigir, ou sugerir. Estava toda a gente presente? Estava. Muito bem. Pronto, estava. Pronto, tranquilo. Portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 30 de setembro de 2026. ----------

2 – OBRAS PÚBLICAS

2.1. REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CANAS DE SENHORIM - 1.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 17055, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Requalificação do Centro de Saúde de Canas de Senhorim - 1.º Pedido de prorrogação do prazo de execução ----------

---- Na sequência da abertura do concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação, referente à empreitada de "Requalificação do Centro de Saúde de Canas de Senhorim" adjudicada em 11-09-2024 à empresa "Homequick Lda", pelo montante de 557.000,10 € (+ IVA), informo V. Ex.ª que foi solicitado pelo empreiteiro a prorrogação do prazo para a conclusão da empreitada para 15/11/2026. ----------

---- A fiscalização analisou o pedido e emitiu parecer favorável na condição de não serem reclamados pelo empreiteiro custos diretos ou indiretos causados pelo aumento de prazo da empreitada, mantendo-se, para efeitos de calculo de revisão de preços a base do cronograma financeiro aprovado. ----------

---- Considerou que, dos motivos apresentados pela entidade executante como justificação para o pedido de prorrogação de prazo, alguns são passiveis de aceitação para os atrasos verificados. ----------

---- Face ao exposto, deixa-se à consideração de V. Ex.ª a aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução de 101 dias. ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Eu, se calhar, falo um por um. Mas, basicamente, é assim: Os pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e 2.6 são prorrogações de prazos graciosas, obrigatórias, para a conclusão das 5 empreitadas em PRR. Do ponto 2.1 ao ponto 2.3 e do ponto 2.5, ao ponto 2.6, porque são prorrogações. O ponto 2.4,não. Depois, eu ponho o 2.4 à parte, porque são trabalhos a mais. São coisas de diferenciamento. Portanto, devia ter ficado logo tudo a seguir, que era mais fácil. Mas os pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e 2.6, portanto, com os documentos que vocês viram, é uma medida natural que decorre da empreitada. A prorrogação é graciosa e tem que ser feita para a conclusão da empreitada. O Senhor Vice-Presidente já falou nisso. O Centro de Saúde de Canas de Senhorim já está em funcionamento. Falta, obviamente, para estar concluída a obra e ser feito o Auto final, falta, obviamente, a questão da do exterior, que será feito na próxima semana, em princípio, mas já está a funcionar em última instância. Digamos que se nós quiséssemos só avançar como uma inauguração do espaço, como aconteceu um pouco por todo o País, já podia ter sido feito. Nós optámos concluir, desculpem a expressão, na totalidade, ou completamente, para fazer mais sentido. E, portanto, o Centro de Saúde está assim. O Centro Urbano de Santar está concluído. Também estamos a fazer só as partes finais e fica concluído durante este mês. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Eu queria fazer uma pergunta. Era só para fazer uma pesquisa aqui que é por causa da resposta que eu vou dar aqui no ponto 2.4. Continue. ----------

----- O Senhor Presidente: ----------

----- - E as outras, as 2 Escolas Secundárias e o Centro de Saúde de Nelas são para ser concluídas dentro do prazo que está estipulado de acordo com que está no programa da parte do concluído, substancialmente e agora da conclusão final das empreitadas. Portanto, era isso que eu deixava fazer. Depois voltava ao ponto 2.4. O ponto 2.4 apresento já aos Senhores Vereadores, se assim o entendessem, se não se importarem, fazia esta apresentação, ou parava aqui nisto, que é só prorrogações e depois vou ao outro. ----------

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------

---- - Eu, por mim, se calhar, parava. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Nas prorrogações? Pronto, então, vá, prorrogações, parado. Senhores Vereadores, alguma questão? Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas, faça favor. ----------

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------

---- - Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Colaboradores do Município, Público presente. Relativamente a estes pontos, eu pedi para, de facto, analisarmos isso em separado apenas e só para nós termos até a oportunidade de explicar a nossa intenção de voto, ainda que ela não tem efeito prático nenhum em termos da decisão tomada, até porque é para ratificação. Mas, não podemos deixar de ler os documentos que nos são enviados, como é evidente e os pareceres das da Fiscalização de obra são bastante claros. Antes mesmo de o destacar, não podemos também deixar de referenciar: As reuniões de Câmara têm uma periodicidade, mais, ou menos, à exceção de excecionalidade de verão, de 15 em 15 dias. Estes assuntos têm sido bastante recorrentes, falar-se destas obras, destas 4 obras. Nalgumas situações, já houve pedido de reprogramação. O que é facto é que, se nós andarmos para trás no tempo dos últimos, sei lá, 3, 4 meses, foi sendo dada informação que parecia ser a informação real, a informação verdadeira, sobre o ponto de execução da obra, sobre o ponto de conclusão da obra, sobre datas de inauguração das obras. E, portanto, eu apelo ao Senhor Presidente para que, de facto, quando nos diz qual é a data de finalização da obra, ou da inauguração, que possa ser verdade, porque, de facto, hoje estamos, mais uma vez, a analisar, ou a ratificar, pedidos de prorrogação de prazos de execução. E, eu, tenho por certo, posso verificar na ata da última reunião de Câmara, em que tínhamos falado destas obras e elas tinham sido ditas e dadas como terminadas. Estavam, inclusivamente, a agendar a data de inauguração das mesmas. Eu até acho que, no que diz respeito aos Centros de Saúde, no caso do Centro de Saúde de Canas de Senhorim, recordo-me e peço até ao Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo, recordo-me de, inclusivamente, tanto o Senhor Presidente, como o Senhor Vice-Presidente terem dito que só não tinham aberto ainda o Centro de Saúde e, portanto, claramente, dado como determinado, porque o próprio Senhor Dr. Ricardo tinha solicitado que assim não o fizessem pelo período de férias das pessoas. Portanto, não deixa de ser surpresa sermos sujeitos, ao vermos um pedido de reprogramação, ou de prorrogação do prazo de execução, enviado pelo empreiteiro no início do mês de outubro, quando vocês, anteriormente, até já tinham dito que a obra estava concluída, só não estava ainda, não tinha sido ainda inaugurado e aberto porque, a pedido dos próprios. Portanto, há aqui uma certa imprecisão desta informação que, de alguma maneira, terá, certamente, várias razões. Há aqui uma gestão de expectativas para a Comunidade daquilo que é obras concluídas, ou obras que estão já para lá do tempo daquilo que era a sua conclusão relativamente aos projetos dos Centros de Saúde. O Parecer da Fiscalização da obra, de facto, é claro e refere que este tipo de prorrogação não é por nenhum fator alheio ao empreiteiro. É um fator de incapacidade de planeamento dos recursos afetos à obra, nomeadamente, de Pessoal, o que fez atrasar, o que trouxe bastantes prejuízos, certamente para a Comunidade e o Dono de Obra, Câmara Municipal deve salvaguardar isso mesmo. Por mais que nós possamos generalizar esta resposta de: Não há mão-de-obra, não há Pessoal, o Dono de Obra tem que fazer cumprir os seus direitos e não ficar refém de uma resposta genérica e que a própria Fiscalização de Obra coloca como um facto que é imputável ao empreiteiro e não, propriamente. alheio ao mesmo. Relativamente aos projetos das Escolas, já agora posso, posso fazer essa mesma, aproveitar o momento para falar já das Escolas? ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Sim. Claro. Falarmos dos cinco, sim. ----------

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------

---- - Ok. Porque a nossa intenção de voto é diferente naquilo que é a prorrogação. A ratificação para as 2 situações dos Centros de Saúde e aquilo que é a prorrogação para a Escola Dionísio Augusto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas eu ponho a votar, se calhar, ponto a ponto. Não há problema. Com declaração de voto. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Porque neste caso concreto da Escola de Canas de Senhorim, que é mais fácil. Senhor Presidente, eu acho que compreende que nós possamos enfatizar neste caso, que é ainda mais, sem qualquer juízo de valor, mas é ainda mais incorreto. Não me levem a mal em utilizar a palavra incorreto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Esteja à vontade. Sem problema. Esteja à vontade. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Não quero com isto atribuir nenhum juízo de valor. Mas é ainda mais incorreto quando, tanto o Executivo prestou informações à Comunidade Educativa com garantias de conclusão da obra e abertura do espaço num prazo que não é este. Já deu informação aqui à Câmara sobre esses mesmos prazos e essa mesma garantia sobre a obra da Escola de Canas de Senhorim. E vemos um pedido de prorrogação do prazo, enviado pelo empreiteiro. É este que é de 8 de outubro? Portanto, depois mesmo das explicações e das garantias que vocês deram, quer à Comunidade Educativa, quer aos Vereadores. E, quer dizer, no mínimo, eu acho que, de futuro, mais vale dizer: Não sabemos. Do que dizer a obra vai ficar concluída nesta data, Senhores, Comunidade Educativa, Escola, Professores, Alunos, Pais, porque, de facto, há aqui um acompanhamento deste dossiê que, no caso da Escola de Canas de Senhorim, me parece, volto a dizer a palavra incorreto, sem querer atribuir um juízo de valor. Mas, no mínimo, muito pouco rigoroso. Neste caso concreto, enquanto que, nos casos dos Centros de Saúde, a nossa intenção de voto é a mera abstenção, não concordando, mas é mera abstenção, neste caso concreto da prorrogação da Escola de Canas de Senhorim, nós votamos contra este pedido de prorrogação, esta ratificação, até porque a informação da Fiscalização de obra, diz, peço desculpa, qualquer uma delas, recordo, tal como o Senhor Presidente disse, que são prorrogações graciosas. E, portanto, os empreiteiros não podem vir, de futuro, reclamar qualquer tipo de compensação. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Está aí. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Eu sei, eu sei. Referiu. Mas neste caso concreto, o parecer da Fiscalização e desculpem ler, mas é mais fácil assim: A eventual concessão deste prazo por parte do Dono de Obra não deverá ser interpretada, por si só, como reconhecimento da procedência dos fundamentos invocados pelo empreiteiro, nem como afastamento automático das responsabilidades decorrentes dos danos verificados. O incumprimento e este é o aspeto que vem, acresce ao parecer da Fiscalização das outras 2 situações, que poderiam ser, mais, ou menos iguais. O incumprimento determina a aplicação de multas por cada dia de mora e, eventualmente, a execução das garantias, sem prejuízo da resolução sancionatória se verificados os pressupostos legais e do apuramento dos danos sofridos pelo Município. Ora, eu pergunto: Quais são as medidas que o Presidente de Câmara intentou, com o seu Gabinete Jurídico para, numa situação destas, em que um empreiteiro, ou que o que o empreiteiro está a pedir uma prorrogação do prazo de obra no dia 8, ou 7 de outubro, depois do início do ano escolar, depois de confirmado, presencialmente, um período de conclusão da obra inferior? Vai a Câmara Municipal aplicar multas por cada dia de mora, tal como o parecer da Fiscalização de obra sugere? Se nós tivéssemos essa informação, poderíamos até, ainda que o efeito prático fosse o mesmo, mas poderíamos até apenas nos abster desta prorrogação. Como não sabemos quais são as intenções do Senhor Presidente de Câmara e espero que sejam diferentes e que, de facto, faça exercer os nossos direitos, neste caso, o nosso voto será um voto contra a esta prorrogação, porque ela, inclusivamente, é trazida à Câmara sem uma informação clara sobre

como é que o Município vai aplicar a este empreiteiro algum tipo de multa por cada dia de mora da execução desta obra. Recordo até, embora não tendo nada a ver, mas recordo um protocolo que nós assinámos com um privado para nos autorizar a completar uma obra pública muito importante. E a preocupação que esse protocolo tinha com a definição de um valor por cada dia do atraso da obra que iria ocorrer nos terrenos dele. E, portanto, já chega a hora, penso eu, do Município também fazer valer aquilo que são os seus direitos, sobretudo, ainda para mais, numa obra como esta, que é a requalificação de uma escola e que tem as implicações que tem, até na boa palavra de um Presidente de Câmara e de um Vice-Presidente e do seu Executivo, quando confirma que a obra vai ficar concluída numa data X e, posterior a essa data X, o empreiteiro pede uma prorrogação do prazo final de obra. Portanto, o nosso voto contra é para confirmar a defesa dos interesses do Dono de Obra, Câmara Municipal, do Município e da Comunidade Educativa. Muito obrigado. Não, o Senhor Presidente ainda não pôs a votação, mas os pontos 2.1, 2.2 e 2.6,será a abstenção. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Depois eu ponho a votação. Senhora Vereadora, suponho que da parte do Bancada do Partido Socialista. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - Sim. Então começo por cumprimentar a Mesa, o Estimado Público e os Senhores Colaboradores da Autarquia. Relativamente a esta questão das obras de Requalificação da Escola Secundária, em Canas de Senhorim e numa reunião relativamente recente que voltámos a esse assunto, mas também me recordo em agosto que nos tinha sido transmitida a informação que só faltavam pequenos arranjos exteriores. E, se consultarmos agora um dos documentos anexos à documentação que nos foi enviada para este ponto, o documento da AMBIFORCIV, da Fiscalização, temos aqui no ponto 3, alínea e), o ponto 3 é sobre a análise da Fiscalização, que o plano de trabalho desajustado, agora enviado, concentra nas últimas semanas, trabalhos relevantes: AVAC, Portaria, Fotovoltaicos, Sanitários do Gimnodesportivo e os tais arranjos exteriores, que foi aquilo que nos disseram em agosto, que só, pouco faltava. Portanto e depois que mantém a indicação do prazo de execução de 406 dias. Não evidencia o progresso real, nem caminho crítico. Isto dito, ou escrito, pela Fiscalização. E quando eu disse há pouco que já tínhamos falado neste assunto numa das recentes reuniões, também foi motivado pelo início atribulado do ano letivo e quando abordamos esse assunto também nos foi dito que, penso que foi a Escola Secundária de Nelas que aceitou adiar o arranque do ano letivo para a semana seguinte e que, se tal tivesse acontecido nesta Escola, em Canas de Senhorim, que já não iria causar qualquer tipo de transtorno. Mas olhando para esta alínea, percebemos. Não, mas isto não é, AVAC. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Já está feito. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Posso explicar? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Não leve a mal. Conclua, Senhor Vereador. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - Sim, só para concluir, aqui percebemos é que nessa tal reunião de agosto não faltavam apenas os trabalhos exteriores. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Muito bem. Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Senhor Presidente, eu, aliás, já tomei posição e continuará, que é votar contra. Eu já expliquei porquê. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas nos pontos todos? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Todos os pontos. Já expliquei porquê, mas há aqui uma, agora acrescento uma outra questão. Uma questão técnica, digamos assim e contabilística. Se o caderno de encargos, ou se a construção tem uma calendarização de determinado valor para fazer naquele prazo. Ora, se ela se prorrogar, o que é que isso pressupõe? Pressupõe que houve mais trabalho porque se não houvesse mais uma progressão de prazo, mais tempo, ele teria que ser cumprido o valor da obra de empreitada. Isto, é por isso que eu voto sempre contra. E quando lhe vão dizer que é pedir-lhe o mínimo de responsabilidade, porque quando nós damos mais tempo, permite a um empreiteiro que fique com os trabalhos complementares. É isso. É esta a questão. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, necessariamente. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, mas é essa a questão, Senhor Presidente. Necessariamente, Senhor Presidente, eu digo, possivelmente, eventualmente. É isso. Além de subscrever o que disseram os Senhores Vereadores do Partido Socialista, a sua posição, se me é permitido. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ok. Muito bem. Então, só dar duas, ou três notas da informação real e verdadeira. A informação é real e verdadeira. Não se esqueçam só de duas pequenas questões: A implementação de PRR, são obras de PRR, estas cinco assim que estão aqui, foi feita e o Município, este e os outros, quase todos na maioria, tiveram que atingir uma meta de 90% de conclusão substancial até 31 de agosto de 2026, do ano em curso. O que quer dizer que o remanescente seria concluído, como está a ser concluído no prazo onde o contrato do PRR assim o permite. E, portanto, foi este o pressuposto que foi feito com a conclusão substancial. No que é a condução da obra e dos dados que são públicos sobre o cumprimento da realização de todas as obras, eu remeto só para uma coisa: Os dados são públicos. O PRR tem uma página mesmo pública sobre o PRR. Consultem até os dados da Região Centro e vejam os Municípios, os poucos Municípios que não deixaram cair uma empreitada. E o Município de Nelas cumpriu todas, tem 8 projetos de PRR, cumpriu-os todos e vai cumpri-los todos com investimento na globalidade superior a 14.5 milhões de euros de direto de PRR. Ora, naturalmente, o que nós dissemos nas Escolas, nos Centros de Saúde e bem, para complementar o que estava estipulado. Quer isso dizer o quê? Uma empreitada, em abono da verdade, pode não ser, totalmente, como nós desejaríamos. Mas em agosto a obra estava e está quase concluída. Mais 1, 2 meses. O que interessa no meio disto e concordo com a Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relves: A expectativa da Comunidade. Eu percebo o seu lado de expectativa e eu falo do meu lado de expectativa também como enquanto Comunidade. Estamos a falar que houve uma delegação de competências para o Município nas áreas da Saúde e Educação. Estamos a falar aqui, com a responsabilidade do património ficar nos próprios Municípios. Nós não podíamos deixar de perder isto. Tivemos já, anteriormente, duas, ou três candidaturas, nesta aceção, que não foram aprovadas. Esta foi retificada. Foi feita uma nova candidatura. Foi aprovada. Está implementada. E vai estar concluída. Sobre expectativas: Estamos a falar de dois edificados que têm quase 50 anos de existência. O de Canas de Senhorim, menos, é verdade, 30 e tais, não chega a 40. E o edifício de Nelas não chega a 50 anos, serão 47, 48 anos. O que é dizer o quê? Que no fim disto, independentemente dos constrangimentos, houve, houve. Se calhar podia, nós também gostaríamos que isso tivesse feito em junho? Gostaríamos. Mas eu prefiro, apesar de tudo, os constrangimentos, no final do dia ter os dois Centros de Saúde requalificados. São fundamentais e estruturantes para a nossa Sociedade, para a Comunidade, para os Pacientes, para os Utilizadores, para a Comunidade Médica, para os Assistentes Operacionais, para o nosso Concelho no seu todo. Vamos ter dois edifícios requalificados, quase novos, mas é, basta entrar só no Centro de Saúde que já está a funcionar, por exemplo, com a USF de Canas

de Senhorim. É entrar lá e ver. Não é só eficiência energética. Porque os trabalhos complementares, foi aquilo que eu disse: Nós não podíamos meter só o que era elegível nos Centros de Saúde, ou nas Escolas. Nós melhorámo-los com o Orçamento Municipal e fizemo-lo sem contratualizar qualquer empréstimo, com a gestão do Erário Público do nosso Orçamento Municipal. E as Contas finais do que é o apoio elegível que nós tivemos, do que é o valor da empreitada e o valor final, quando estiverem concluídas e, naturalmente, terão que vir aqui a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, vamos ver até o investimento que houve do próprio Orçamento Municipal para complementar o que não era elegível e bem. No final do dia durou mais 2 meses, 3 meses, 4 meses? Sim. Mas a minha expectativa? Temos 2 Centros de Saúde requalificados, 2 Escolas Secundárias requalificadas e uma reivindicação de também, não sei quantos anos, do Centro Urbano de Santar, feita. Demorou um bocadinho mais? Demorou. Só dar aqui uma nota que o Senhor Vice-Presidente quer aqui acrescentar aqui a questão do AVAC e de outras questões. Já está instalado. Quando nós abrimos, não estava concluído. Não estava. Nós sabíamos. Mas estavam criadas condições adequadas para abrir. O que nós falámos era só o exterior. Enquanto que, por um lado, esperou-se um bocadinho de tempo para conseguirmos remover o que havia do exterior, para não ser tão complexo. No outro lado não foi, só falamos no exterior. Não falamos da obra na sua plenitude. A obra na sua plenitude, com a parte desta prorrogação, permite que esteja concluída. E o objetivo, meu, nosso, é o mesmo. O PRR acabava em 30 de junho. Foi prolongado até 31 de agosto. Nós cumprimos as metas. Estamos dentro do programa. Estamos a cumprir. E o prazo que nos foi dado para acabar vai ser cumprido. No final do dia temos estas cinco infraestruturas estruturantes para o Concelho realizadas. Eu gostaria de ter começado o ano letivo com as duas Escolas completamente feitas? Claro. Gostaria de recomeçar o ano com os dois Centros de Saúde já a funcionar? Claro que gostaria. Mas, entre o que se ganha e o que se perde e o resultado final e apesar. Atenção a uma coisa. Calma, eu tenho, nós vivemos, felizmente, numa Democracia e cada um tem a sua opinião e isso é válido e eu, as pessoas emitem a opinião, são válidas. Nós emitimos as nossas e são válidas. E depois concordamos, ou não concordamos. Mantenho a mesma coisa: No final do dia estamos a falar de edificados que há décadas que eram urgentes serem feitos, que é a requalificação de espaços, absolutamente, estruturantes para o nosso território e que demoram um bocadinho mais, 2, 3, 4 meses. Mas que estarão concluídos. Eu não sei se você, Senhor Vice-Presidente, queria concluir alguma coisa por causa do AVAC, aquelas partes do que disse o Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo. Não sei se quer? ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Sim. Já, até com o vídeo, já disse, já disse. Não sei se foi na última reunião, quando quiser, vai comigo, ou seja quem for. Está tudo colocado. Está tudo pronto a funcionar, desde as loiças das casas de banho. O que é que há? Por exemplo, nas casas de banho onde passou a turbaria, há alguns buracos para tapar onde passa aquela tubaria dos AVAC,s. Havia caldeiras para montar. Algumas ainda não estão montadas. Estão lá, estão lá. Aliás, estou a mentir. Estão montadas. Não estão é a funcionar. O que é que falta aqui, basicamente? São os pareceres das fiscalizações, portanto, do gás. Não temos água quente. Não está a funcionar. As certidões. Pronto. É o que falta em termos de interiores. Exteriores, falta o pavimento, a chapa sanduíche dos cobertos. Ainda essa é o que está mais atrasado. Os Luke Bond, que é o que fica, aliás, estamos a falar agora de Canas de Senhorim, mas é a mesma situação em Nelas. Em Nelas já temos os pavilhões, os Luke Bond aplicados, os vermelhos, os amarelos, os azuis, os laranjas. Em Canas de Senhorim essas cores ainda não vieram. Falta vir isso e serem aplicados. Em Nelas também falta aplicar a chapa sanduíche nos cobertos. E exteriores:

Betuminoso, porque a parte do betão, julgo que está toda concluída. Não quero estar aqui a dizer que está toda, mas julgo que está toda concluída. Faltam exteriores, sim. A parte dos pavilhões são retoques. Como eu disse e volto a dizer. Aquilo que eu disse lá atrás, volto a dizer o mesmo. Agora, nós tínhamos uma expectativa. Houve muita condicionante ao longo do ano para as obras puderem andar. E algumas também foi mesmo Pessoal, como disse a Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas, como o Pessoal, que a Fiscalização estava nesse sentido. Ainda hoje recebemos e o Senhor Presidente devia ter recebido também o relatório da obra. Depois faltaram os Eletricistas no Centro de Saúde de Nelas. Pronto. São coisas que nós não conseguimos controlar. Chegamos lá. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Vice-Presidente, mas o CCP diz para controlar. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Calma. Se você me deixasse acabar de falar, eu ia dizer isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Código dos Contratos Públicos prevê que o Município aplique, como dizia a Senhora Vereadora, aplique multas sobre o incumprimento das obras feitas fora do tempo. Vocês não o fizeram. Vocês nunca o fizeram. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Eu percebo, exatamente, isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Saiba-se lá porquê. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Hoje, quando fomos à obra, o Pessoal da eletricidade não foi. Só foi ao fim do almoço. Portanto, são essas coisas que nós não conseguimos controlar. E depois falamos com o empreiteiro e dá-nos uma justificação e as coisas vão dando. Agora, como disse o Senhor Presidente, como disse o Senhor Presidente, entre o ter, o não ter e o haver, nós estamos muito contentes com aquilo que temos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas toda a gente sabe que a iniciativa também não foi vossa. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Estamos muito contentes. Nós, se quiséssemos ter inaugurado as Escolas de Canas de Senhorim de Nelas e os Centros de Saúde. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Sabe há quanto tempo é que existe o projeto? Desde o tempo do Senho Dr. José Correia.
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - O Centro de Saúde de Nelas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Quem o candidatou? Quem o candidatou, pela primeira vez, foi o Senhor? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Foi o Senhor Dr. José Correia. Quando o Senhor Dr. José Correia o candidatou não havia apoios. Depois foi candidatado pelo Senhor Dr. Borges da Silva. Eu não sei se você candidatou no seu tempo, confesso que não sei. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, eu, o Senhor Dr. Osvaldo candidatou-o. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Era consigo. Então, não era consigo? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Presidente, o Senhor está a confundir as questões.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então não era Coligação, ó Senhor Vereador? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas eu estava a referir o que é que cada um fazia, perfeitamente, definido. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Ai a minha vida. Então o que a Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro faz não é o que nós fazemos? ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Isso são os assuntos da Educação? Eu nunca misturei. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Eu não estou dentro de todos assuntos. Mas o que é bom feito pelo Senhor Presidente, eu também me incluo. O que é mal feito pelo Senhor President, eu também levo e vice-versa. E, ele, se calhar até leva mais do que eu. Ele, se calhar, leva muito mais do que eu. Não é, se calhar, é verdade, porque ainda você agora falou nas passadeiras, ficam para mim. Mas na rua dizem que é o Senhor Presidente da Câmara que não as faz. Isso já se sabe e é normal. Ele também está cá para levar porrada, no bom sentido, claro. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- -Você queriam ganhar com 100%. Vocês tiveram que ir buscar à Oposição, ao Partido Socialista e estão para aqui a dar-me tanga. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Senhor Vice-Presidente, já acabou? ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Não, era só para acabar. Não, podíamos ter inaugurado, como disse o Senhor Presidente, já duas Escolas e o Centro de Saúde de Canas de Senhorim. Podíamos ter inaugurado. As fotografias apareciam lá dentro, como fizeram outros Municípios. Nós achamos que devemos inaugurar quando estiverem as coisas em condições, concluídas. E acho que é assim que deve ser. E é o que vai acontecer. Agora e volto a repetir, o Senhor Presidente já o disse: Queríamos ter feito isso em setembro, ou antes do início do ano letivo, antes de. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Por culpa do empreiteiro, que não o fez. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Não é culpa do empreiteiro não. Olhe, por exemplo, nós também temos aqui algumas coisas que nós, por exemplo, nós também não nos lembramos que tivemos um inverno, faz agora um ano, dia após dia. Aquilo que não temos agora é estarmos em novembro, praticamente e ainda não choveu. Há 1 ano atrás eram dias e dias e dias e dias a cair água que não se podia fazer nada. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Devia estar isso acautelado no contrato da obra. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Mas nós não somos o São Pedro. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Não estou a falar no São Pedro. Estou a falar dos homens no terreno. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Agora, pronto, como estava a dizer ali ao Senhor Vereador Dr. Diogo, em termos de loiças, de pavilhão, está tudo montado. Ainda hoje de manhã lá estive, está no prazo, tudo montado. Os miúdos já podem utilizar as casas de banho. Está tudo montado. Não há água quente ainda. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Já há bocado disse isso. Então, vem defender a minha tese. Porque este prazo é, para mim, trabalhos complementares. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Não tem nada a ver com isso. Está tudo. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - Senhor Vice-Presidente, não sou eu que o digo. É o que está aqui no documento da Fiscalização. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Os trabalhos complementares estão aí evidenciados. É só ver. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - As caixilharias, as portarias, os fotovoltaicos, os sanitários do gimnodesportivo. E isto faz parte e é para as últimas semanas de trabalho. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então e o que é que lá está? O que é que diz o parecer da Fiscalização? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - É sim, que está. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas o que é que diz? Diga lá o que é que diz o plano de trabalho. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - O plano de trabalho desajustado, agora enviado, concentra nas últimas semanas trabalhos relevantes: AVAC, portaria, fotovoltaicos, sanitários do gimnodesportivo e arranjos exteriores. ----------
---- O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Do que decorreu. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Os sanitários, eu estou a dizer, os sanitários. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: ----------
---- - Vai agora, com esta prorrogação, até ao dia 15 de novembro. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não vai agora. Não vamos perder bonificação porque está tratado. Vá, continue. ---------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Os sanitários estão montados. Basicamente, o que falta e estamos a falar da parte de fora, a parte de pavilhões está, praticamente, tudo pronto. É só, chamamos, não vou dizer retoques porque há lá coisas que não são só retoques. Há buracos para tapar. Agora, o que não temos no pavilhão é água quente. Já há água. Já há chuveiros. Já há sanitas. Já, não vou dizer cabides porque não tenho a certeza. Mas, pronto, já estão os pavilhões em condições de ser utilizados. A cantina está pronta. Eles usam a cantina para tudo. Só não têm gás para poder cozinhar. Mas está o gás, pronto, está, já foi experimentado, só não veio a certificação ainda. Isso é uma coisa que não depende de nós, nem depende do empreiteiro, depende da empresa que faz a certificação. Agora a parte exterior preocupa-me mais um bocadinho porque tanto as chapas sanduíche, tanto em Canas de Senhorim, como em Nelas, ainda não veio e isso preocupa-me. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - E a culpa é do Município. A culpa é do Município de não virem as chapas? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - É porque somos o Dono de Obra. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Foram vocês que pediram as chapas? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Mas se acontecer alguma coisa. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Quem é que pediu os materiais, Senhor Presidente? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu e o empreiteiro também. Mas não é isso que eu estou-lhe a dizer. Sem eventualmente, nós não cumprimos a culpa é minha. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Se o empreiteiro adiar, a culpa é nossa. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Desculpem lá. Ouça o que eu estou a dizer. Mas eu estou a dizer ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu percebi, eu percebi. Mas você também percebe o que eu estou a dizer. ----------
- Eu não estou no PRR. Estou a falar no incumprimento do empreiteiro no fornecimento de fazer a obra. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Ele disse que isso foi pedido, que os pedidos foram feitos. A chapa ainda não veio para um lado e para o outro. E depois é o betuminoso, que é o betuminoso, acho que é uma coisa que até é mais fácil de aplicar. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O betuminoso são 3 dias. Mas só para dizer uma coisa. Por exemplo, para e estamos a falar de um trabalho complementar e é só para concluir: A Escola Secundária de Nelas tem um problema estrutural grande, como o Senhor Vereador sabe e acho e que a Senhora Vereadora Dr.ª Sofia também, tenho a certeza que sabe, que tem a ver com problema de água e de saneamento com a levada que tem. E tem um problema sempre crescente, com ruturas e depois com a devolução para baixo para as caixas do saneamento. Não fazia parte da empreitada. Olhe, está aqui no projeto, como um projeto como trabalhos complementares e bem, resolvemos isso. Mas, ao fazê-lo também, atrasámo-nos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Acaba de dizer que quer dizer que houve um erro no projeto? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, não contemplava. Não pode, não pode. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - A candidatura não contemplava. É como as piscinas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Então faziam um concurso à parte. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não pode. Então, numa empreitada, fazer um concurso à parte? Isso são os trabalhos. No concurso não podia, Senhor Vereador Dr. Marques. Posso-lhe garantir que não podia. Olhe, vou-lhe dar um caso concreto: A nova conduta está por lotes. Certo? Tem 2 lotes. A Escola, o edificado em si não pode. As duas Escolas, nem os Centros de Saúde. Agora, pronto. O que nós podíamos fazer era fazer a obra e depois, mais tarde, arrancávamos o alcatrão que lá tínhamos colocado para meter o saneamento e a água. A opção, a nós parecermos, esta, correta. Pronto é o que é. Portanto, sendo assim, então pomos a votação ponto a ponto. Pode ser. Ponto 2.1: Quem vota contra? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu voto contar em todos os pontos. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Com a abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Posso pôr à votação os pontos 21 e 2.2, que são iguais. Portanto, com quatro votos favoráveis do Executivo em permanência, duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do Senhor Vereador do CDS-PP. O ponto 2.3 e o ponto 2.5, que são também semelhantes: Quem vota contra? Três votos contra e com a declaração de voto a enviar, posteriormente, ou faz já? Sim. Então, Senhora Vereadora, se não se importar. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Os pontos 2.3 e 2.5, a nossa intenção de voto, neste caso é o voto contra, pelas razões

aquando da argumentação dos pontos, aludimos. E que se concentram, precisamente, no texto que está no parecer da empresa de Fiscalização de obra, concretamente: A indicação que fica em aberto no dia de hoje, se a Câmara o vai fazer, ou não, a indicação da cobrança de multa por cada dia de atraso desta obra, considerando que os motivos que são invocados para a prorrogação não são motivos alheios ao empreiteiro. São motivos, totalmente, decorrentes de uma incapacidade de planeamento de recursos para a execução da obra por parte do empreiteiro. E, por esta razão, precisamente dando força àquilo que está no parecer da Fiscalização de obra, votamos contra a prorrogação da mesma. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Senhor Vereador, desculpe, não sei se quer fazer declaração de voto? Ou é a habitual, que o voto contra o exime de responsabilidade. É isso? Pronto. Muito bem. Portanto, votámos os pontos 2.1 e o 2.2 e agora os pontos 2.4 e o 2.5. No que concerne ao ponto 2.6: Quem vota contra? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Ó Senhor Presidente, desculpe. Não, nós já votámos os pontos 2.1 e o 2.2. E, agora votámos os pontos 2.3 e 2.5. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Os pontos 2.4 e 2. 5. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Não, não. Falta falarmos agora do ponto 2.4. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, não. Já votámos os pontos 2.3 e 2.5. Peço desculpa. Sim. Vou ao ponto 2.6 ainda porque também é prorrogação: Quem vota contra? Quem se abstém? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu voto contra. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Abstemo-nos, pelas mesmas razões. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Portanto, com o voto contra do Senhor Vereador do Partido CDS-PP, com as duas abstenções doa Senhores Vereador do Partido Socialista e os quatro votos favoráveis do Executivo em permanência. O ponto 2.4: Quem vota contra? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Nós. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Quem se abstém? Aprovado com quatro votos favoráveis e três votos contra. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Neste caso, posso? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Sim. Com certeza, Senhora Vereadora. Disponha. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Portanto, relativamente ao 2.4, em que é falado o pedido de aplicação de trabalhos complementares para a obra, precisamente que anteriormente abordámos e que não concordámos com a prorrogação do prazo de conclusão da mesma, da Escola Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim. Neste caso concreto, a nossa declaração de voto, mais uma vez, socorre-se daquilo que é o texto da empresa de Fiscalização de obra, que diz, claramente, o seguinte: O valor final do AVAC é de 119.053,77 euros, que decorre de 115.000,00 euros, mais 3.972,00 euros, valor este considerado e avaliado no parecer pela Fiscalização. No entanto, o empreiteiro diz que estes mesmos trabalhos, que coloca a consideração do Dono de obra, como trabalhos complementares, o empreiteiro diz que é de 173.268,00 euros. Quase 90% dos 54.214,00 euros, que é da diferença entre aquilo que diz o empreiteiro e aquilo que a Fiscalização de obra atestou, dependem de quantidades em obra. O restante são duplicações e um preço sem fundamento. Portanto, nós não poderemos votar favoravelmente um pedido de trabalhos complementares, cuja Fiscalização é clara naquilo que é a inconformidade dos

documentos que atestam, claramente, o porquê deste valor de trabalhos complementares. A Fiscalização de obra sugere, inclusivamente, a aprovação parcial deste pedido. Explica a diferença que não considera que está, devidamente, comprovado para ser aprovada. E, por esta razão, como não poderia deixar de ser, votamos contra. Julgo até que no futuro, em situações destas, o parecer dos Técnicos do Município poderia ser mais claro, não deixando a decisão ao Presidente de Câmara tão desprotegida, uma vez que a documentação e a informação dos Técnicos do Município apenas fazem um enquadramento histórico. Dizem apenas que o valor encontra-se dentro daquilo que é o máximo que a lei permite, que são os 50% sobre o valor total da empreitada. Não emitem nenhum parecer, nenhuma avaliação em bom rigor, àquilo que é a informação que o empreiteiro coloca como trabalhos complementares. Ora, se os Serviços Municipais não colocam aqui uma avaliação técnica, a veracidade das quantidades e das condições que levam a que o empreiteiro coloque ao Município, ou ao Dono de Obra, trabalhos complementares de 170.000,00 euros e a Fiscalização de obra diz: Não, Senhora, há aqui um diferencial de 59.000,00 euros, ou 54.000,00 euros, que não estão comprovados, eu considero que, ou consideramos nós, Vereadores do Partido Socialista, consideramos que estes trabalhos complementares deveriam ser aprovados de acordo com a proposta do parecer de Fiscalização de obra, que é um apoio, ou uma aprovação, peço desculpa, é o cansaço, que é a aprovação do valor dos 119.053,00 euros e não dos 173.000,00 euros. E é por esta razão, exclusivamente pelos documentos que temos à nossa frente, que votamos contra. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Muito bem. Com liberdade disso é dizer que os trabalhos têm trabalhos complementares e trabalhos a menos. E o valor dos trabalhos a menos é superior aos trabalhos complementares. É a gestão de obra. Muito bem. Tranquilo. Portanto, a votação está feita. Senhora Vereadora, o que eu depreendi, a declaração de voto está feita para ata, certo? Pronto. Muito bem. ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro, duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques e Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e um voto contra do Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, ratificar a prorrogação graciosa do prazo de execução de 101 dias, da empreitada: Requalificação do Centro de Saúde de Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17055, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

2.2. REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE NELAS - 1.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 17052, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Requalificação e Modernização do Centro de Saúde de Nelas - 1.º Pedido de prorrogação do prazo de execução ----------

---- Na sequência da abertura do concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação, referente à empreitada de "Requalificação e Modernização do Centro de Saúde de Nelas" adjudicada em 11-09-2024 à empresa "Homequick Lda", pelo montante de 1.847.000,00 € (+ IVA), informo V. Ex.ª que foi solicitado pelo empreiteiro a prorrogação do prazo para a conclusão da empreitada para 15/11/2026. ----------

---- A fiscalização analisou o pedido e emitiu parecer favorável na condição de não serem reclamados pelo empreiteiro custos diretos ou indiretos causados pelo aumento de prazo da empreitada, mantendo-se, para efeitos de calculo de revisão de preços a base do cronograma financeiro aprovado. ----------
---- Considerou que, dos motivos apresentados pela entidade executante como justificação para o pedido de prorrogação de prazo, alguns são passiveis de aceitação para os atrasos verificados, alertando, no entanto, da necessidade de reforço de meios em obra. ----------
---- Face ao exposto, deixa-se à consideração de V. Ex.ª a aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução de 101 dias. ----------
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro, duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques e Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e um voto contra do Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, ratificar a prorrogação graciosa do prazo de execução de 101 dias, da empreitada: Requalificação e Modernização do Centro de Saúde de Nelas, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17052, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

2.3. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S, ENG.º DIONÍSIO AUGUSTO, EM CANAS DE SENHORIM - 2.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 17069, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Requalificação da Escola EB 2,3/S, Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim - 2.º Pedido de prorrogação do prazo de execução ----------
---- Na sequência da abertura do concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação, referente á empreitada de "Requalificação da Escola EB 2,3/ S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim", adjudicada em 27-02-2025 à empresa "Homequick Lda", pelo montante de 2.595.595,77 € (+ IVA), informo V. Ex.ª que foi solicitado pelo empreiteiro a 2ª prorrogação do prazo para a conclusão da empreitada para 15/11/2026. ----------
---- A fiscalização analisou o pedido e considerou que os atrasos verificados são imputáveis ao empreiteiro, designadamente a reduzida afetação de mão-de-obra, no entanto, atendendo ao estado de execução da empreitada e ao imperioso interesse publico na conclusão e plena disponibilização do equipamento escolar á comunidade, recomenda a concessão da prorrogação do prazo de execução até 15/11/2026, desde que não confira direito a indemnização, compensação por extensão de estaleiro, reequilíbrios financeiros ou quebra de rendimento, nem a revisão de preços relativa ao período prorrogado e a conclusão e disponibilização da obra para vistoria dentro deste prazo. ----------
---- Face ao exposto, solicita-se a V. Ex.ª a aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução até 15/11/2026. ----------
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro e três votos contra dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, ratificar a prorrogação graciosa do prazo de execução até 15/11/2026, da empreitada: Requalificação da Escola EB 2,3/ S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17069, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

2.4. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S, ENG.º DIONÍSIO AUGUSTO, EM CANAS DE SENHORIM - 2.ºS TRABALHOS COMPLEMENTARES E 1.ºS TRABALHOS A MENOS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

Reunião de 28/10/2026

---- Presente a informação interna n.º 17618, datada de 26/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Requalificação da Escola EB 2,3/S, Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim - 2.ºs Trabalhos Complementares e 1.ºs Trabalhos a Menos. ----------

---- I. Na sequência da abertura do concurso publico simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação, referente á empreitada de "Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim", adjudicada em 27-02-2025 à empresa "Homequick Lda", pelo montante de 2.595.595,77 € (+ IVA), informo V. Ex.ª que se verificou a necessidade de realizar trabalhos complementares cuja espécie não estava prevista no contrato e cuja realização se revela necessária para a sua execução. ----------

---- II. Os 2ºs trabalhos complementares contemplam os trabalhos decorrentes da proposta de alteração do projeto de AVAC, apresentada pelo empreiteiro, e da lista de trabalhos complementares cuja espécie não estava prevista em contrato. ----------

---- Os trabalhos decorrentes da alteração da solução prevista no projeto de AVAC resultaram de quatro alterações: substituição do equipamento VRV, substituição dos radiadores modulares em alumínio por radiadores de painel, substituição da tubagem de ferro por tubagem multicamada e a redistribuição das unidades interiores. ----------

---- Os trabalhos foram analisados pela fiscalização, conforme pareceres em anexo, sendo que os trabalhos complementares relativos ao AVAC atingem o montante 115.080,92 € (+ IVA) e os trabalhos a menos no montante de 165.020,62 € (+ IVA) e os trabalhos complementares resultantes de trabalhos não previstos no contrato atingem o montante de 224.462,91 € (+ IVA) e trabalhos a menos no valor de 367.316,91 € (+ IVA). ----------

---- III. - De acordo com o estipulado no n.º 2 do art.º 370.º do CCP aprovado pelo D.L 18/2008 de 29 de janeiro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº111- B/2017 de 31 de agosto, a Lei 30/2021 de 21 de maio na redação à data de lançamento do procedimento de contratação publica, o dono de obra pode ordenar a execução de trabalhos complementares ao empreiteiro caso a mudança de cocontratante: ----------

---- a) Não seja viável por razoes económicas ou técnicas, designadamente em função da necessidade de assegurar a permutabilidade ou interoperabilidade com equipamentos, serviços ou instalações existentes, e ----------

---- b) Seja altamente inconveniente ou provoque um aumento considerável de custos para o dono de obra. ----------

---- O valor dos trabalhos complementares, 339.543,83 € acumulado com o valor de anteriores trabalhos complementares, 239.121,53 €, atinge o montante de 578.665,36 € o que representa 22,29 % do preço contratual, inferior a 50 % do preço contratual inicial, cumprindo o disposto no nº4 do artigo 370º do CCP na sua atual redação. ----------

---- IV. – Face ao exposto, deixa-se à Consideração Superior a aprovação dos 2ºs trabalhos complementares no valor de 339.543,83 € (+ IVA) e os 1ºs trabalhos a menos no valor de 532.337,53€ (+ IVA). ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro e três votos contra dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar os 2.ºs trabalhos complementares no valor de 339.543,83 euros (+ IVA) e os 1.ºs trabalhos a menos no valor de 532.337,53 euros (+ IVA), da empreitada:

Requalificação da Escola EB 2,3/ S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17618, datada de 26/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

2.5. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE NELAS - 2.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 17061, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Requalificação da Escola Secundária de Nelas - 2.º Pedido de prorrogação do prazo de execução ----------

---- Na sequência da abertura do concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2.º da Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação, referente à empreitada de "Requalificação da Escola Secundária de Nelas", adjudicada em 27-02-2025 à empresa "Irmãos Almeida Cabral, Lda", pelo montante de 3.819.900,00 € (+ IVA), informo V. Ex.ª que foi solicitado pelo empreiteiro a 2ª prorrogação do prazo para a conclusão da empreitada até 15/11/2026. ----------

---- A fiscalização analisou o pedido e considerou que os atrasos verificados são imputáveis ao empreiteiro, designadamente a reduzida afetação de mão-de-obra, no entanto, atendendo ao estado de execução da empreitada e ao imperioso interesse publico na conclusão e plena disponibilização do equipamento escolar à comunidade, recomenda a concessão da prorrogação do prazo de execução até 15/11/2026, desde que não confira direito a indemnização, compensação por extensão de estaleiro, reequilíbrios financeiros ou quebra de rendimento, nem a revisão de preços relativa ao período prorrogado e a conclusão e disponibilização da obra para vistoria dentro deste prazo. ----------

---- Face ao exposto, solicita-se a V. Ex.ª a aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução até 15/11/2026. ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro e três votos contra dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, ratificar a prorrogação graciosa do prazo de execução até 15/11/2026, da empreitada: Requalificação da Escola Secundária de Nelas, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17061, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

2.6. REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTAR - EXECUÇÃO DO PLANO DE ACESSIBILIDADES – 3.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE 60 DIAS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 17071, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Requalificação do Centro Histórico de Santar - Execução do Plano de Acessibilidades – 3.º pedido de prorrogação do prazo de execução ----------

---- Na sequência da abertura do concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei 30/2021 de 21 de maio, referente á empreitada "Requalificação do Centro Urbano de Santar – Execução do Plano de Acessibilidades"", adjudicada em 30-05-2025 a empresa "Irmãos Almeida Cabral, Lda", informo V. Ex.ª que foi solicitado pelo empreiteiro a 3.ª prorrogação do prazo de execução (Anexo I), prorrogando a conclusão da empreitada para 31/10/2026. ----------

---- A fiscalização analisou o pedido e considerou que os motivos alegados pela entidade executante como justificação no pedido de prorrogação de prazo, são passiveis de aceitação para os atrasos verificados. ----------

---- Face ao exposto, solicita-se a V. Ex.ª a aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução até 31/10/2026. ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos

Senhores Vereadores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Ilídio José Morais Loureiro, duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr.ª Sofia Relvas Marques e Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e um voto contra do Senhor Dr. Manuel da Conceição Marques, ratificar a prorrogação graciosa do prazo de execução até 31/10/2026, da empreitada: Requalificação do Centro Histórico de Santar - Execução do Plano de Acessibilidades, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 17071, datada de 13/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

3 – PATRIMÓNIO MUNICIPAL

3.1. CAMINHO DA TEIXUGA, EM VILAR SECO - PONTO DA SITUAÇÃO – INFORMAÇÃO – CONHECIMENTO

---- Presente diversa informação referente ao Caminho da Teixuga, sito em Vilar Seco. --------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Dizer-vos uma coisa: Eu, sobre esta questão, há na documentação que foi enviada, parece-me, é meu, é a minha opinião que haverá necessidade de a robustecer. Não invalidando que não façamos a discussão, o debate e os esclarecimentos que sejam feitos. Sendo certo que há um conjunto de elementos que têm que ser compilados para haver uma abordagem completa. Nós temos informações que vêm de um sentido sobre o que são os caminhos. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, inclusive, acho que falou em caminho vicinal. Não sei se isso também é feito. Há uma grande dúvida. Busílis da questão: É isso. Se eu estiver equivocado, podem-me corrigir à vontade. Há um caminho. Eu vou ter que ter calma com as terminologias, mas que servia uma propriedade privada, onde durante muitos anos, fala-se em 20, fala-se em 40, mas já há muitos anos, as pessoas faziam o seu percurso. Ora, a forma como é designado o percurso, tecnicamente, podia ser um atravessador. Mas depois há quem sugira, como os próprios Serviços da Câmara, que possa ser um caminho vicinal, uma vez que tem a ver mais com as responsabilidades, como é florestal, das Freguesias do que com o Município. Como eu não gosto de meias tintas e meias palavras, a melhor coisa a fazer mesmo é esclarecer. Sendo certo, o que me parece que, neste momento e acho que é também o ponto que têm abordado aqui é um atravessador, ou um caminho. Eu não lhe quero dar um nome porque acho que a melhor coisa a fazer para esta questão é pedir, é a minha opinião, mera opinião, à CCDR, que é A Entidade que tutela isto, um parecer sobre a designação, porque é importante a designação. Se é um atravessador, se é um caminho vicinal, ou não. Porque, independentemente do que esteja feito, é importante que haja esse esclarecimento, não invalidando que vá acontecer aquilo que me parece, que é o mais certo que venha a acontecer, é ser resolvido, eventualmente, na via judicial se for, as pessoas mantendo a opinião que mantêm e é o que me parece que é isso que está a acontecer. Portanto, eu, o que é que eu acho, enquanto Município? Enquanto Município, responsabilidades do Município. Se houver e há algumas dúvidas quanto a isso, só há uma questão a fazer, é esclarecê-las com quem direito. Depois, podemos concordar, ou não. E a mim parece-me um caminho que pode ser correto. É fazer um parecer. É o hábito quando há estas questões, pedir um parecer à CCDR. Não costumam ser também muito longos. Demoram um bocadinho, não sei, 2, 3 meses, pode ser. Pormos as coisas como elas devem ser e haver essa definição. Acho que é importante é definir isso. Ou então o Município remeter isso e deixar correr, como acontece em muita coisa durante os nossos procedimentos pela via judicial. Não há um entendimento concreto sobre como possa ser feito. Aliás, mesmo o Senhor Vereador, a exposição que nos enviou, define-o como um caminho vicinal. Ora, um caminho vicinal, a responsabilidade

sobre o caminho é, em termos jurídicos, da Junta de Freguesia. Se for um caminho assumido como municipal e que haja uma intervenção e uma assunção registada para o efeito, é competência da Câmara. O que me parece claro é que havia uma, não sei se posso utilizar a palavra servidão. Não me parece. Mas para ficarmos com uma ideia, que era uma parte privada, que era usada, publicamente e que o titular da propriedade resolveu deixar de isso acontecer para funcionar. Ora, parece-me aqui que a melhor forma de resolver isto é através: Um - De um parecer de quem de direito, da CCDR. E, ou através da via judicial. Mas isso é a minha convicção, a minha abordagem sobre esta questão. A estar, está esclarecido porque nós, mesmo nas informações que fomos recolhendo, há essa dúvida. Agora, há uma questão para resolver e a mim, parece-me claro e isso percebe-se. Havia um percurso que era utilizado que, neste momento, deixou de ser utilizado. E, portanto, é natural que quem o utilizasse e deixe de utilizar, não se sinta confortável com isso e é legítimo. E, portanto, só tem que reclamar. Agora falta saber quem é que tem que se pronunciar sobre isso ao certo. Portanto, a proposta é e é só para nós abrirmos aqui o debate: É pedir um parecer à CCDR de esclarecimento. Ou então deixar mesmo ir para a via judicial, porque as interpretações são ambivalentes. Senhora Vereadora, além do que eu disse, quer acrescentar alguma coisa? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Só uma só uma questão. Eu penso que resumiu bem a situação. Já andamos a falar nisto há algum tempo. Entretanto, estas informações têm surgindo e têm sido respondidas. Eu pedi também para recolher todo o processo. Ainda não consegui recolher todo o processo. No entanto, efetivamente, o Senhor Vereador Dr. Marques, quando pediu, intitulou-o como caminho vicinal e segundo o que a nossa Jurista indica como caminho vicinal é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Também o Responsável pelo Registo BUPI dos terrenos do Município, também lhe pedi um parecer e ele também me indicou, não só a caderneta predial, de facto, do terreno em causa. Mas também diz que aquilo era apenas um atravessador, uma vez que à volta de todo o terreno existe um caminho público. E, portanto, as pessoas começaram a atravessar aquele terreno porque era mais perto para chegar a outro caminho público. Mas, efetivamente, o caminho público é aquele que rodeia o terreno e não aquele que abriram para ir para onde passavam. Agora, aos anos que passavam, não há consenso. Não há, exatamente, uma data correta, se era há 20, se era há 10, se era há 5, se era há 15. Não faço ideia, nem ninguém pode precisar isso, pelos vistos. E tudo indica que, efetivamente, tem que se pedir um parecer à CCDR, ou a quem de direito, ou então ir pela via judicial. A questão é, quem é que vai assumir o caminho como sendo municipal, ou vicinal, para ir para a via judicial. Resumidamente, é isto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu, antes de dar a palavra, ou podem continuar, eu tenho que me ausentar, rapidamente, se não se importarem. Mas podem continuar a discussão. Portanto, Senhor Vice-Presidente, ponha à consideração dos Senhores Vereadores, por favor. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Senhor Vice-Presidente, posso, antes? Provavelmente o Senhor Vereador Dr. Marques quererá falar. Posso? Permite-me só que eu faça a primeira abordagem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Quem dirige a reunião não sou eu. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Está à vontade. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Eu explico-vos porquê? Porque, pode ser por, mais uma vez, refiro, por, não sei, por falta de atenção da minha parte, ou da nossa parte. Este ponto foi agendado de uma forma e a informação que tem é uma informação. Ou seja, nós não conhecemos a razão pela qual foi dada esta informação à Câmara. Qual foi o pedido? O Senhor Vereador Dr. Marques fez algum pedido à Câmara? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------

---- - Fez um pedido da toda a informação do Caminho da Teixuga. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não é toda. Falta, por exemplo, aí. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Foi o que a Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro acabou de dizer, que não tem ainda a informação. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - O Senhor Vereador Dr. Marques fez um pedido no dia 24/07/2026 com várias alíneas, entre as quais a alínea d) que diz: Situação do caminho vicinal da Teixuga, em que várias vezes o requerente interpelou o Senhor Presidente da Câmara sobre o mesmo e, então para conhecimento. Só que, efetivamente, isto arrasta-se há algum tempo e não conseguimos ainda reunir todos os documentos para trazer. Mas o que temos, efetivamente, é o Parecer da Jurista.
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Sim, mas eu, entendam, futuramente, por favor, enviem-nos porque eu não consigo, sequer, perceber o porquê. Ou seja, é. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Foi na última reunião de Câmara. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Mas nós precisávamos de ver o que é que o Senhor Vereador Dr. Marques pediu de informação, ou o que é que. Pronto. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Foi de boca. De boca, salvo seja, foi para a Senhora Dr. Ana. Não foi? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Porque a única coisa que nós vemos aqui é uma informação da Jurista, que eu muito agradeço, a explicar o que é que é um caminho vicinal e um caminho público. Pronto. E, nós não conseguimos perceber mais nada. É só isso. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Aquilo que nós não conseguimos perceber e agora peço desculpa, é porque há tantos caminhos deste género no Concelho, porquê só o Caminho da Teixuga é que vem a reunião de Câmara para pedir informações. Conheço um em Santar. Conheço um na Felgueira. Há imensos. E, portanto, só porquê só o Caminho da Teixuga. Isso é que nós não conseguimos perceber. Mas, de qualquer das formas, estamos a reunir informação no sentido de explicar melhor. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Pronto, basicamente, é isso. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Continue, continue, continue. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Estava a passar agora a palavra para o Senhor Vereador Dr. Marques. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Obrigado. Com toda a clareza, para já, esta informação da Senhora Jurista, que eu respeito, ela enferma num erro monumental. Quando se faz referência a um Acórdão, por via da regra, senão, faz-me lembrar um Colega meu que invocava Acórdãos nas suas contestações, ou nas suas réplicas, que nem existiam, até que houve uma Juiz que deu conta e disse-lhe: Venha cá juntar cópia do Acórdão, que é para a gente o ler. Este, a Senhora. ---------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Mas está indicado mal o artigo? É isso? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, Senhor Dr. Não é nada disto, só diz assim: Tendo, tendo, assim, portanto e tal como sustenta o Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, de 20 de novembro. Quantos Acórdãos é que o Tribunal Central Administrativo do Sul fez no dia 20 de novembro? Como é que lá chegamos? Mas há aqui uma questão que prevalece sobre tudo o que foi dito. Quando o Senhor, atual proprietário, o pai do atual proprietário, comprou o terreno. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O pai do atual proprietário. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Quando comprou, que é herdeiro. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Sim, sim. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Quando comprou, que é herdeiro, este prédio tinha este ónus porque a Câmara o pagou. O Senhor Dr. José Correia pagou este ónus. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não é verdade. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pagou o terreno? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- O Senhor Dr. José Correia pagou. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O ónus, o ónus, o ónus. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O ónus do prédio para lá poder meter o caminho vicinal. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não temos essa informação. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Não. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Vejam isso. Chamem lá pessoas de Vilar Seco que compraram o terreno, que depois foi à filha do Senhor Dr. Arnaldo Santos Arnaldo Santos. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Arnaldo Santos Almeida. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Arnaldo Santos Almeida. Vejam o que é que está, o que é que acontece. E, depois diz aqui, Senhor Doutora: Há, não há muito tempo que o caminho deixou de ser utilizado. Ao contrário do que vocês dizem. Há mais de 30, ou 40 anos que o caminho é utilizado. E, depois diz aqui: No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça, referente ao Acórdão da Informação e Jurisprudência, que é diferença de caminho público, de vicinal, tem sido, há largos anos discutida. Em 19/04/2019 foi publicado o Assento do Supremo Tribunal de Justiça, aqui sim, no DR – Diário da República, Primeira Série, de tal, tal e tal. Depois diz assim: Certo grau de relevância - Sob pena de seguido à letra o seu dispositivo, também os atravessadouros, que fique nota, porque vocês já querem fugir para outra versão. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu não quero. Está enganado. Está enganado. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Para ilibar, como posse imemorial. Isto, há mais de 30, ou 40 anos que isto existe. Haverá de ser considerado como caminho público. Quer dizer que, mesmo nos termos do artigo do Código Civil, mesmo, do 1335, mesmo que seja considerado e eu já vi que vocês querem fugir para aí, já percebi. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Nós não queremos nada. Está enganado. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Nós não queremos fugir para lado nenhum. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Já vi. Já vi. Querem o atravessador também se for usado e foi usado há 3 ou 4 anos. É que o atual proprietário tapou. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não estou a falar mais nada sobre isso, Senhor Vereador Dr. Marques: ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Tapou. E tapou uma coisa que era usada. E, mais, eu tenho dificuldade na leitura disto. Também diz aqui o parecer da CCDR que, diz o parecer da CCDR também diz que quando liga 2 caminhos é considerado um caminho público, como diz a Senhora Dr.ª. E, já agora diga à Senhora Jurista que leia este parecer, que é importante, que eu não vou estar aqui a esmiuçar o que diz o parecer. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O Senhor Vereador concorda com a proposta de pedirmos um parecer à CCDR? ----------
----- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
----- - Ó Senhor Dr., não sei. Podem pedir parecer. Mas a CCDR, se não for bem explicado, se não for bem explicado, nem vai-se pronunciar sobre isso. Vejam o parecer da CCDR que fala aqui, eu sublinhei, mas não consigo ler, sou sincero. Leia aqui onde está sublinhado. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - A qualificação de um caminho. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, não. O sublinhado. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Sim. Calma. Deixa-me chegar lá. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Terá de fundamentar-se num de dois factos jurídicos. Isto é, ou no seu uso direto e imediato pelo Público. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Exatamente. Desde tempos imemoriais.----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Desde tempos. Imemoriais, não tem cá. Mas deve ser a seguir. Não aparece aqui. Deve ser: Desde tempos imemoriais, ou na sua propriedade, por parte da Entidade de Direito Público, com afetação à utilidade pública, resultante de ato administrativa ou de prática consentida pela Administração. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ouça: O que é que aconteceu? Esse Senhor chateou-se lá com as pessoas. Esse Senhor chateou-se com a população, chateou-se com a população e lembrou-se de tapar o caminho que já existia. Foi o Senhor Dr. José Correia que antes de 1995, Ó Senhor Presidente da Câmara. Antes. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, não digo que não. Estou-lhe a dizer que. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - E depois o que é que aconteceu? O Senhor Dr. José Correia comprou outro terreno à Senhora. Entretanto, a Senhora comprou o terreno e vendeu-o a outro, como a Câmara não escriturou. E o Senhor Dr. José Correia teve que pagar ao indivíduo este caminho também.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas pagou a título pessoal, ou enquanto Presidente da Câmara? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, não. Pagou como Presidente da Câmara. Deve lá haver documentos de pagamentos. Mas tem que lá haver. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pois, deve lá haver. Mas até agora não temos título do terreno. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Presidente, o Senhor Dr. José Correia não chegou cá baixo ao Senhor José Carlos, que, era o Tesoureiro e disse-lhe: ó José Carlos traz-me aí umas coroas para eu pagar aqui este caminho. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, nós não temos esse tipo de informação dos Serviços. Está enganado.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Que vocês queiram declinar. Deixem-me concluir. Que vocês queiram declinar a responsabilidade deste processo. Deixe-me concluir. Podem alguma recordação. Não, este caminho não é da vossa jurisdição. Não é um caminho da vossa justiça. Não é um caminho. Este caminho é um caminho vicinal. Não é um caminho da vossa jurisdição. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Compreenda que são coisas novas que nós não comprámos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Estou-lhe a dizer que estava lá o caminho. Mas vocês tragam cá pessoas que sabem, de Vilar Seco. Tragam lá. Agora, o Senhor não pode é chegar ali com uma máquina, tapa aquilo e acabou. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas nós estamos a tratar disso. Aliás, isso é outra história. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não pode. Aliás, essa é a opinião comum de alguma população e do Senhor Presidente da Junta de Vilar Seco, que ele é contra terem tapado isto. Pronto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Se for vicinal. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Se foi vicinal, já podia ser ele a tratar disto. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Vice-Presidente, nisto, estamos de acordo. Largamente, de acordo. Mas também nada impede que a Câmara dê apoio jurídico ao Senhor. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Foi o que nós fizemos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Nada impede. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas eu também li no parecer jurídico que o Senhor Vereador até também não contestou, mas tem algumas dúvidas sobre algumas das questões do próprio parecer jurídico, certo? ------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ele não diz nada. Efetivamente, ele não diz nada. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto, daí a minha proposta. Senhor Vereador, daí a minha proposta. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Fala aqui neste parecer. Peço desculpa. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Diga, diga. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Por acaso, eu sei qual é. Fala aqui neste parecer e neste artigo, os caminhos vicinais, da CCDR Norte explica lá qual é o Acórdão. Diz lá qual é o Acórdão. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O que eu quero dizer com isto é, somente, o seguinte. A mim parece-me claro uma coisa, claríssima como a água: Havendo esta ambiguidade de quem é que tem que despoletar, ou que tem que tratar do assunto. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - A Junta de Freguesia, Senhor Dr. Não tenho dúvidas. .----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu não sei até que ponto. Pode ser a Câmara, mas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Que é vicinal, não tenho dúvidas e não vejo aquilo como um caminho público. É vicinal. Mas o atravessador não é vicinal, mas é a mesma. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - É a mesma coisa, é a mesma coisa, é a mesma coisa, é a mesma coisa. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Disso não tenho dúvidas que é vicinal. Outra pergunta, outra pergunta. Ajudem-me aqui, ajudem-me aqui. Vocês, por acaso, consultaram o PDM, ou as cartas militares? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Sim. O Funcionário, o Luis Costa falou-nos sobre isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O que é que disseram sobre isso? A carta, mesmo, o PDM e a carta militar. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas o que é que quer saber? O que é que quer saber? ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Nós enviamo-la por e-mail. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - É difícil. Não, não. Enviar por email, é difícil. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Tenho o parecer do Senhor Dr. Luís Costa. Quer que eu lhe leia tudo? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não. Senhora Dr.ª, queria ver se tem aí um mapa, anexo aí ao mapa do PDM. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Não. Tenho um mapa da propriedade do Senhor. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Isso não me interessa para nada, Senhora Dr.ª. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas, do PDM, não lhe ia trazer o mapa. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Como diz? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Há aqui só uma parte. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O PDM, ali, é que define, Senhora Dr.ª. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Eu sei. ----------

---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas não é isso. Olhe, eu vou ler aqui, então, esta parte: Consultada a respetiva caderneta predial confirma que este Município nunca promoveu. Espere aí só um minuto. Eu sei. Isso é outra coisa. Isso é outra coisa. Nunca promoveu qualquer processo de expropriação sobre a referida parcela. A propriedade mantém a sua área total originária de 32.500 m^2, não existindo registo de cedência para o domínio público. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pois, Senhor Dr. Claro que não existe. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas isso é o que diz a matriz. A matriz não prevalece sobre nada. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O que eu quero dizer com isto é que, de acordo com isto, obviamente, que a responsabilidade não é do Município, mas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Dr., eu já o disse. Eu já o disse. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto, já o disse. Mas atenção só a uma coisa: Mas há um pedido da Junta de Freguesia de Vilar Seco a pedir o apoio jurídico da Câmara. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pronto. Ótimo. Acho que lho devem dar. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - E é esse que está aí. Eu, deixe que lhe diga uma coisa: Se, eventualmente, for esse o entendimento, tudo bem. O que eu acho é que a Câmara não pode, nem deve aligeirar responsabilidades. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhor Presidente, devem pedir no parecer, mas na minha modesta opinião, no parecer. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então, o Senhor acha que devemos pedir um parecer à CCDR? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Acha que no parecer que vão pedir à CCDR, vou-lhe dizer o que dele deve constar: Que quando o atual proprietário comprou o prédio, já o caminhou, ou vicinal, ou atravessador, existia à data. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas espere. Não sei. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas sei eu. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Calma. O Senhor Vereador está a dizer uma coisa que a mim parece-me bem. Ó Senhor Vereador, se concordar, se concordarmos todos. Eu peço desculpa. Se concordamos todos. Desculpem lá isso, que esta minha, este meu lapso. Se concordarmos todos. Eu acho que nós estamos aqui a decidir coisas. Concordamos, não concordamos, é como tudo. Eu não quero, não gosto de aligeirar responsabilidades. Não sei se é nossa. Tenho dúvidas neste momento.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Na minha modesta opinião, não é. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas há um pedido formal de uma Autarquia, de uma Freguesia, a pedir esse apoio. Nós temos dois caminhos: Ou damos a resposta do Jurídico a dizer que é um caminho vicinal e é o entendimento generalizado e devolvemos isso. Ou podemos tentar fazer, onde este processo seja mais completado. A própria Junta ateste que, de facto, o caminho foi sempre utilizado, publicamente. Juntamos e compilamos tudo. E pedimos um parecer à CCDR Centro. Para mim é a melhor solução. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Dr., e se não for inconveniente, eu ler o parecer antes de ser enviado e pedido, agradecia. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não. Antes de o enviar, trazemo-lo aqui a reunião, parece-me bem, sem problema nenhum. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- Posso só fazer uma pergunta, assumindo a minha ignorância jurídica? De quem é que é a responsabilidade? E eu acho que foi por isso que o Senhor Vereador pediu, que estava aí o parecer do Técnico, do que estava escrito no PDM. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não, não é isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
----- - Não, não. O que estava escrito na matriz. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Desculpem, eu só queria perguntar: Quem é que tem a responsabilidade e a autonomia do território para determinar quais são os caminhos públicos, ou quais são os caminhos vicinais? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Estão definidos. Tem que haver cadastro e tem que estar definidos. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - E se não estiverem são os tribunais. Daí a questão é que vai. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas, se for um caminho florestal, que é o caso, não havendo registo, é vicinal. Portanto, é do responsável das Freguesias. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Eu pergunto, só pergunto isto: Que pedido é que vai ser feito à CCDR, que não tenha que ser o Município a dar essa resposta? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Senhor Dr. trás cá à reunião. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Nós trazemos cá. Nós vamos devolver à Junta de Freguesia o parecer da Jurista.----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas: ----------
---- - Mas ela acaba por não dar um parecer. Ela explica o que é que é uma coisa e o que é que é a outra. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Eu sei. Eu também sei isso. Pronto. E julgo eu que o que fazia sentido é o que está a dizer o Senhor Vereador Dr. Marques e eu subscrevo, que é a Junta de Freguesia atestar também, não só a perguntar, mas atestar que era um caminho utilizado pela Freguesia e não só, porque aquilo é uma zona de transação e não é só da Freguesia em causa. Mas que só que diga isto. E depois, nós, eu faço, disponibilizo-me para ser eu o interlocutor disso. Há essa questão. E a Câmara depois faz uma exposição e pede um esclarecimento à CCDR, que é a CCDR que tem que dar esta. É ela que está, em termos de definição, em termos de organização administrativa e de território, capacitada para o efeito. Antes de levarmos esse processo todo, antes de o enviarmos, vem aqui à reunião de Câmara. Analisamo-la. E depois enviamos. Mas a minha estratégia, se vocês concordassem, era esta. Devolvemos, fazemos. E eu não tenho dúvidas nenhumas, em termos de Câmara global, eu não falo, obviamente, por

vocês, enviar, pedir um parecer à CCDR. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Vejam nas escrituras da Câmara, que eram feitas na altura na Câmara, nos livros da Câmara, na altura, pelo Notário Privativo, que era a Senhor Dr.ª Maria de Lurdes. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Posso-lhe pedir um favor? Essas, todas essas questões, não se importa de, quando tiver, no e-mail também, para acrescentarmos ao processo. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Está bem. Vou fazer isso. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Com clareza. Que seja evidente. Nós sabemos que esta questão está a causar transtornos.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Se for lá acima, vai ver que o Senhor Dr. José Correia, que Deus o lá tenha em descanso, que teve que pagar a mais quando compraram o terreno, onde está o da Madibéria e por aí.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Senhor Vereador, todos os contributos que tenha, que possam ser válidos para resolver isto, são ótimos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu, até acho que é onde está a Charca, que era da Senhora Dr.ª Isaura. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu também acho que sim. Ela, há bem pouco tempo, também esteve. Eu fui falando com pessoas. Olhe, com a Senhora Dr.ª Isaura, por exemplo. A Senhora Dr.ª Isaura Correia. Portanto, há aqui vários. Eu percebo o constrangimento. Nós estamos a falar num território onde estamos habituados a passar e, de repente, deixamos ter esse acesso. E eu percebo que cause ali transtorno. Há dúvidas de quem é a responsabilidade. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Para mim, não as tenho. Para mim, não as tenho. Para mim, não as tenho ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Eu também não. Mas julgo eu, também para não haver aqui a ideia que a Câmara não quer assumir as responsabilidades e aligeira, pede-se um parecer à CCDR. Fica esclarecido. Acho que é a melhor maneira. Digo eu. Mas isso. Pronto, então eu trato do assunto diretamente e quando tivermos isto feito, seja na próxima, ou na outra, o mais rápido que seja possível, trazemos cá. Debatemos. Concordamos. E remetemos à CCDR. Parece-vos bem? ---
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Sim, sim, sim. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto, muito bem. Então, ó Senhora Dr.ª Ana, se não se importar, no seguimento do que foi aqui conversado e dos contributos que possam existir, portanto, nas diligências que foram aqui, entretanto acordadas por todos os Elementos da Câmara, de maneira a que na próxima, o mais tardar, na seguinte, venha cá a proposta de envio deste processo todo para parecer da CCDR. Acho que resumi. Correto? Pronto. Muito bem. Está dado conhecimento.
---- A Câmara tomou conhecimento de diversa documentação referente ao processo do Caminho da Teixuga, sito em Vilar Seco e foi acordado pedir parecer jurídico à CCDRC. ----

3.2. TERRENO DO MUNICÍPIO, CONTÍGUO AO PARQUE FLUVIAL DAS CALDAS DA FELGUEIRA - PONTO DA SITUAÇÃO - INFORMAÇÃO – CONHECIMENTO

---- Presente diversa informação referente à aquisição de um terreno do Município, contíguo ao Parque Fluvial das Caldas da Felgueira. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro, sim, diga. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ---------- - Para acrescentar essa informação. Eu peço desculpa. Está aqui mais um documento. No fundo é explicar o que é que está nessa tabela que receberam porque o nosso Técnico está com problemas de saúde e, portanto, estava ausente. E, então, eu pedi-lhe por e-mail e ele depois

enviou isto já um bocadinho fora de prazo. Por isso estou só a entregar agora. Peço desculpa. Mas isto sim, no fundo, é só a explicação dessa tabela que está aí que, aliás, eu já expliquei. Eu penso que o Senhor Vereador Dr. Marques também já tem essa tabela, que é com os artigos todos que deram origem ao Parque Fluvial e que são do Município. E tem aí também a data de escritura, registo predial, etc. E depois temos aqueles 2 artigos que ainda não são nossos e também estão contemplados aí nesse mapa, que também foi como documento anexo. E penso que, através dessa explicação, consegue-se perceber, que é aquilo que também temos dito sempre que, efetivamente, nós temos o nosso Parque Fluvial nesses terrenos que foram adquiridos e estão limpos. E não há nenhum artigo que evidencie o contrário. É isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Estão limpos, Senhora Dr.ª? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ---------- - Estão. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Há quase 8 dias que lá passei e estão por limpar. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ---------- - Estão limpos desde. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhora Dr.ª, não estão. Desculpe. Não estão. A Senhora Dr.ª é que não conhece o terreno. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Posso fazer uma proposta? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - A Senhora Dr.ª não conhece. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O Senhor Vereador já disse aqui a mesma coisa. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Já o convidei e ele não aceita o meu convite. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Então, vamos lá para dizer onde é que o limite. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Então, vamos fazer uma coisa: Parece-me bem. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Ai, valha-me Deus. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - O Senhor Vereador, quando lá for, é só uma sugestão, quando for à Câmara buscar os documentos, decidimos, eventualmente, na segunda-feira, avisa e a Senhora Vereadora vai consigo ao local e levamos, se tiver disponibilidade, o Luís, vamos ao local. A mim parece melhor do que estarmos aqui a dizer. O Senhor Vereador tem dúvidas, legítimas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas eu sei. Eu conheço isto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, eu não estou a dizer o contrário. Eu não estou a fazer juízos valorativos. Estou a dizer: Não é só conhecimento. Não, tem dúvidas legítimas. É por isso que também é Vereador, é normal. Pronto, Vai lá in loco. E podem lá, in sito, resolver isso, ou não. Mas, se calhar, no meio disto tudo, ao longo destas reuniões, a única maneira, parece-me que é assim. ----------

---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - O Senhor Vereador está sempre a falar no mesmo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - A Senhora Vereadora já se disponibilizou. Quando o Senhor Vereador quiser, vão lá. Levam a nossa parte técnica, o Topógrafo, o Luís, mas tem que ser avisado com tempo, os documentos das aquisições, que acharem que forem essenciais. Para mim, está tranquilo. Pronto, então o Senhor Vereador e a Senhora Vereadora. Peço desculpa. Diga lá, então. -------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Senhor Funcionário da Autarquia diz que são o 465, o 466, o 468 e o 469 e o 467. ----
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - E o 446 e o 4469. Estão todos. Só não é nosso o 4402. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhora Dr.ª, diga-me só uma coisa. Já agora que a Senhora Dr.ª está com isto: Há um levantamento topográfico com isto? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Há, sim, Senhora. E também há. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Isso é que devia ter trazido. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - E também já há um do fim do Parque para até à Ponte de Seia. Já fizemos o levantamento de todos os espaços. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Não, não, não. Desculpe lá. Vocês têm a mania de. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas existe, existe. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- Eu falo na beira da estrada, vocês falam da Estrada da Beira. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas, estiou-lhe a dizer que existe de todo, tudo. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Espere aí, Senhora Dr.ª, não é isso que eu quero. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Também gostei do seu exemplo. Você fala da Estrada da Beira e nós falamos da beira da estrada. Aliás, você fala da beira da estrada e nós falamos da Estrada da Beira. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O que é que eu quero? É o levantamento topográfico dos prédios em que são da Câmara Municipal. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Está bem. Eu trago isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Porque eu vou-lhe explicar. Porque o limite do terreno com outro confinante. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Não quer ir ao local. Já percebi. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Calma. Posso ir ao local. Porque o limite do terreno, do terreno do Município, com o outro proprietário. Não sei quem é. Não sei se é da Senhora Cidália Prata. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - É, é. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Pois é. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pois, mas eu sei a que é que se está a referir. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Pois é, Senhora Dr.ª. Está lá uma pedra. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Eu sei, eu sei a que é que se está a referir. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas isto não está limpo, Senhora Dr.ª. Isto não está limpo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Senhor Vereador, diga só uma coisa: Não tenha dúvidas disto. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Isto não está limpo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Se o Senhor Vereador tiver razão, tem razão. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Dr. não está limpo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Mas ouça o que eu lhe estou a dizer: Não há ninguém de bom senso que não queira tomar posse do que é público. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Desculpe, só para corrigir o que disse a Senhora Vereadora, que o terreno da Câmara está limpo. Não é verdade. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Ó Senhor Vereador Dr. Marques, ouça, ouça: O levantamento topográfico não o vai ajudar muito porque foi feito antes daquilo estar preparado, portanto, está tudo cheio de mato.
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Vão lá. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas a questão é esta. Eu sei a que é que se está a referir. É aquela pedra que o Senhor se está a referir. Acontece que não há nenhum artigo, nenhuma matriz, nas Finanças, cuja área do nosso terreno vá até à pedra. Tenho aqui as cadernetas prediais. Espere. Tenho aqui as cadernetas prediais e a área dos nossos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Diga-me uma área da matriz rústica que seja coincidente com a real. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - São estes. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Olhe, eu vou-lhe dizer, eu vou-lhe dizer, eu vou-lhe, não, eu vou-lhe dizer. O meu paizinho deixou uma quinta de 10 hectares. Eu trago este documento, se quiser. Sabe quanto é que tem nas Finanças? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Tem 11. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Cinco. Portanto, não cola, Senhora Dr.ª. Não cola. Isso, não cola. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Nós temos que trabalhar com os documentos que temos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ouça, se estiverem interessados nisto, eu trago cá as pessoas que ainda estão vivas. Menos o Senhor Manuel da areia, que morreu. Mas trago cá os filhos. Trago cá as pessoas

todas. Trago cá o Senhor Rocha. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Vá lá comigo e diz-me onde é. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhora Dr.ª,. está por limpar. E, desculpe, eu estou preocupado. ----------
---- O Senhor Vice-Presidente: ----------
---- - Uma coisa é estar por limpar, outra coisa é não estar registado na Câmara. Mas eu estou a perceber o que você está a dizer. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas, também, ó Senhor Vereador Dr. Marques, se está, são poucos metros daquilo que está a dizer. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhora Dr.ª, o caminho térreo que vai da Estrada para a Praia Fluvial, ou para o Parque Fluvial, Senhora Dr.ª, são muitos metros que estão por limpar. Mais de 30. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto, olhe, se concordarem todos e se concordar, Senhor Vereador Dr. Marques pode ir, eventualmente, na segunda-feira lá alguém consigo? ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Na segunda-feira, vou ver se consigo lá ir. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pronto. Mas nós combinamos com o Senhor Luís Costa para ir lá. Sim. Tranquilo. -------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas foi o Luis Costa que me deu a informação. Eu não inventei. A informação que tenho foi o Luís Costa que me deu. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas onde é que é, Senhora Dr.ª? O Luís Costa disse que o limite era aqui e o nosso limite é aqui. Ele disse isso? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Não. Ele diz que não há nenhum documento que prove que é até ali. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Ó Senhora Dr.ª, mas fomos lá quando foi do processo que nós ganhámos. O Juiz foi lá ao local. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tranquilo. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Está bem. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - O Juiz da Comarca de Nelas foi ao local e ganhou o processo à Senhora Dr.ª Cidália que, em sede de recursos, mandou para a Relação. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Então vamos fazer uma coisa. Ó Senhor Vereador, eu nem conheço a mulher de lado nenhum. Ó Senhor Vereador, tenha calma. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Fui ameaçado pelo marido dessa Senhora. Foi este Senhor que me ameaçou em minha casa, que me tentou ameaçar em minha casa e que participou de mim à Ordem dos Advogados. Sabia? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Não. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Sabe porquê, Senhora Dr.ª? Por eu defender um terreno que não era meu, mas que quero o bem do meu Concelho. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pronto. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Ó Senhor Vereador, não tenha dúvida nenhumas. E você acha que alguém iria prescindir de defender o direito público em exercício de funções? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Não vou dar nada a ninguém. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Argumentar que não está inscrito na matriz, que não é a área. Não há nenhum certo. -----
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Senhor Vereador, então, fazemos isto, então, fazemos assim: Está marcado para a próxima segunda-feira, às 10:00 horas, o Senhor Vereador, se não puder, fazemos ao contrário, fica marcado. Se o Senhor Vereador não puder, diga, às 10:00 horas, na segunda-feira. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Está bem. Eu sou-lhe sincero. Tenho que ir à Pampilhosa, Senhor Dr. A mim, calhava-me melhor, por exemplo, às 05:00 horas da tarde, que era quando vinha de Oliveira do Hospital. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tranquilo. Tranquilo. Pode ser Senhora Vereadora? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pode. Mas deixe-me só, deixe-me só. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Leva o Topógrafo. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas deixe-me só dizer-lhe uma coisinha: Foi o Senhor Vereador Dr. Marques que resolveu este assunto e muito bem, em Tribunal, como foi e muito bem. Porque é que nessa altura, então, não resolveu logo isso da caderneta predial? Podia ter retificado as áreas. Assim já não estávamos não sei quê a discutir isso. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Da correção de áreas? Há muitas que eu fiz e essa não fiz. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pronto, mas assim não estávamos aqui. Já viu? Já viu. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Mas, no meu tempo não estava cá só o Manuel Marques. Sabe que há aqui terrenos de 1996 e o Manuel Marques não era Vice-Presidente da Câmara? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Eu sei, mas agora vamos resolver. Agora vamos resolver. Vamos resolver agora. ---------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Porque é que só me acusam a mim? Porque é que não acusam outros que nem escrituras fizeram? ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Vamos resolver agora. Ok? Segunda-feira, às 05:00 horas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhora Dr.ª, eu sei onde é que é o limite. Se V. Ex.ª não sabe, lamento. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Eu também sei. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Agora não se deixe envolver em questões por o que eu passei. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------

---- - Temos é que retificar isso nas Finanças, que é para termos documentos legais. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Claro. Por isso é que eu lhe estou a pedir um levantamento topográfico. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Pronto. Está feito. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Segunda-feira, 17:00 horas. Muito bem. Segunda-feira, 17:00 horas. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Dr., segunda-feira, às 17:00 horas, não sei se estarei cá. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Também se liga, também se espera. Não é por isso. Então, ponto 3.2, está dado conhecimento. Portanto, tanto do ponto 3.1, como do 3.2, sendo que o ponto 3.1 voltará, novamente, à reunião de Câmara antes do parecer a solicitar à CCDR. E o ponto 3.2 terá desenvolvimentos, que os Senhores Vereadores do Partido Socialista, se também estiverem, obviamente, que o convite é extensivo. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Mas convém ser um bocadinho mais cedo porque às 05:00 horas é quase noite. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Acho que não, ó Senhora Dr.ª. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Agora, é. Agora é inverno. A nós, dá-nos jeito. Pronto, muito bem. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento de diversa documentação referente à aquisição de um terreno do Município, contíguo ao Parque Fluvial das Caldas da Felgueira. ----------

4 - DIVERSOS

4.1. REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO – PROCESSO N.º 2026/650.10.301/40, DATADO DE 29/09/2026 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 2026/650.10.301/40, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Os pontos 4.1, 4.2 e 4.3 são os Regulamentos de Incentivo à Natalidade com os proponentes a 100%. Não há nenhuma mineração aqui. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, do 4.1 ao ponto 4.3. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026, nos termos e de acordo com o Processo n.º 2026/650.10.301/40, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal. ----------

4.2. REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO – PROCESSO N.º 2026/650.10.301/41, DATADO DE 29/09/2026 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 2026/650.10.301/41, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026, nos termos e de acordo com o Processo n.º 2026/650.10.301/41, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal. ----------

4.3. REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO – PROCESSO N.º 2026/650.10.301/42, DATADO DE 29/09/2026 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 2026/650.10.301/42, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido do incentivo à natalidade pelo nascimento de uma criança em agosto de 2026, nos termos e de acordo com o Processo n.º 2026/650.10.301/42, datado de 29/09/2026, dos Serviços de Intervenção Social, desta Câmara Municipal. ----------

5 – CONTABILIDADE

5.1. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – FUNDOS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 27 de outubro de 2026, que a seguir se transcreve: ----------

---- "DESPACHO ----------

---- 1 - Considerando que de acordo com a Norma de controlo interno "A abertura de contas bancárias deve ser previamente aprovada pelo Órgão Executivo, com uma proposta do Presidente da Câmara." ----------

---- 2 - Que de acordo com deliberações tomadas em programas específicos como, por ex:, POSEUR e PORTUGAL 2030 se determina que: " Apesar das autoridades nacionais terem vindo a sustentar que a elegibilidade desta retenção é suportada pela verificação de que das verbas em causa se encontram depositados numa conta bancária específica, na qual ficam retidas até à sua entrega ao empreiteiro/fornecedor(com a conclusão da empreitada/trabalhos realizados ou com a sua substituição por garantia bancária), o TCE (Tribunal de Contas Europeu) entende que destas despesas relativas a retenções, apesar de estarem em contas bancárias especificas para o efeito para o efeito, não deverão ser consideradas elegíveis, caso não se encontrem depositadas em contas de depósito obrigatório, contas de garantia ou similares, nas quais fique salvaguardado que as verbas entregues pelo beneficiário/dono da obra ficam à guarda de entidade terceira (instituições bancárias e/ou financeiras), não sendo mobilizáveis por sua livre iniciativa, até que estejam reunidas as condições para a sua libertação (ou até à sua substituição por garantia bancária ou seguro caução, se for o caso), constituindo assim o mecanismo de proteção das partes do contrato, no cumprimento das regras legais e contratuais estabelecidas (designadamente estarem depositadas em contas bancárias específicas caucionadas, ou equivalente, desde que só possam ser movimentadas após conclusão da obra ou após o prazo e condições estabelecidas no contrato, conforme estiver definido nas condições de abertura e movimentação." ----------

---- 3- Estabelece ainda o POCAL, Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, que a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo.

---- Proceda-se à abertura de uma conta de depósito obrigatório (escrow) para as obras do PORTUGAL 2030, com a entidade bancária Santander Totta." ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Tem que ser aprovada a abertura de conta. É obrigatório pelo facto de ser candidatura. E, portanto, é o procedimento que nós temos feito. E temos o procedimento de Autarquia, que parece-me correto. As condições são semelhantes. Portanto, tínhamos aberto, vamos distribuindo pelas Entidades Bancárias. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------

---- - Ó Senhor Presidente, posso interrompê-lo? ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Pode. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Senhor Dr., eu presumo que, ainda voltando para o ponto de trás, que num processo judicial está lá o levantamento topográfico, Senhor Dr. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. ----------
---- A Senhora Vereadora Dr.ª Elsa Loureiro: ----------
---- - Nós temos. Nós temos. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Então, tragam-no. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tranquilo. Pronto, daqui, no que concerne a este, onde decorre do que é. Nós temos outros projetos que estão na Caixa de Crédito, na Caixa Geral de Depósitos, no Banco Santander. Para equilibrarmos um bocadinho também com as Entidades Bancárias, porque não há aqui nenhum concurso. Portanto, é obrigatório, isto e tem que ser aprovado. E temos a necessidade disto para avançarmos com o procedimento. Portanto, eu não sei se há algum esclarecimento adicional? Acho que é uma prática normal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de conta bancária no âmbito de Fundos de Garantia de Depósitos. ----------

6 – OBRAS PARTICULARES

6.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

6.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Está dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 07 e 20 de outubro de 2026, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo I), fazendo dela parte integrante. ----------

6.2. RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E LICENCIAMENTOS A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Favoravelmente, de acordo com as informações dos Serviços. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicações prévias, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, nos termos do art.º 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 07 e 20 de outubro de 2026, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ----------

7 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

7.1. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026. LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA TRAVESSA DA ASSOCIAÇÃO, N.º 1, EM FOLHADAL - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DO

FOLHADAL – CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 16740, datada de 07/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, relativa ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes ao pedido de licença para recinto improvisado, no dia 17 de outubro de 2026, na Sede da Associação, na Travessa da Associação, n.º 1, em Folhadal, em que é requerente a Associação do Folhadal – Centro Social Cultural e Recreativo, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/10/2026, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal." ----------

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Os pontos 7.1 e o ponto 7.2, de relação de recintos improvisados, na sua totalidade. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados, por unanimidade. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes ao pedido de licença para recinto improvisado, no dia 17 de outubro de 2026, na Sede da Associação, na Travessa da Associação, n.º 1, em Folhadal, em que é requerente a Associação do Folhadal – Centro Social Cultural e Recreativo, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 16740, datada de 07/10/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. --

7.2. RELAÇÃO DE PEDIDOS DE LICENCIAMENTOS DE RECINTOS IMPROVISADOS, OU DE DIVERSÃO PROVISÓRIA, DEFERIDOS E INDEFERIDOS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 07/10/2026 A 20/10/2026 E SUJEITOS A RATIFICAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09 – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a relação de pedidos de licenciamentos de recintos improvisados, ou de diversão provisória, deferidos e indeferidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no período compreendido entre 07 e 20 de outubro de 2026 e sujeitos a ratificação pela Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a relação de pedidos de licenciamentos de recintos improvisados, ou de diversão provisória, deferidos e indeferidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no período compreendido entre 07 e 20 de outubro de 2026 e sujeitos a ratificação pela Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09. ----------

8 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente: ----------

---- - Está terminada a Ordem de Trabalhos desta reunião de Câmara de 28 de outubro. Independentemente da inscrição, naturalmente que a sessão será encerrada pela Senhora Dr.ª Patrícia, como é assim que é assim que é para fazer. Ó Senhora Dr.ª Patrícia, como é que quer fazer? Quere falar agora? Ou se não se importar, então, Senhora Dr.ª Patrícia, encerra o

Patrícia, que é a Dona da Casa. Pronto. Muito bem. Senhor Arlindo. ----------
---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: ----------
---- - Meus Senhores e Minhas Senhoras. Boa tarde a todos. Eu vou entrar 14 segundos na Ordem de Trabalhos, sem mexer na Ordem de Trabalhos. É só para dizer o seguinte: Apoio 100 por cento a decisão da Câmara Municipal de Nelas em apoiar o Cristiano Pereira. Terá sempre o meu apoio também. Vamos, então, ao principal. Desculpe lá, Senhor Presidente, meter-me na Ordem de Trabalhos. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Tranquilo. ----------
---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: ----------
---- - Pronto, o principal é o seguinte: Acho que a Câmara tem feito obras. As obras, eu vou falar mais de Santar. Já vi que abriu, que eu já fui, infelizmente, tive que ir a Viseu. Vou, constantemente, com a mulher ao médico. Já abriu aquela passagem, que antes tinha que se ir dar a volta ao cemitério. Portanto, já está aberta. Portanto, agradeço isso. Sobre as obras de Canas de Senhorim, realmente, a rua está linda, está uma coisa, uma obra a sério, mas com a sinceridade, está bonita. Só que acho que ao cortar os trânsitos, a pôr as ruas só num sentido, na minha ligeira opinião, acho que prejudica a população de Canas de Senhorim e seus arredores. Por exemplo, quando se quiserem ir para o Restaurante Zé Pataco, vou para o Restaurante Zé Pataco, mas se quiser vir para casa, já tem que ir à volta. Quem vier do lado do Carregal do Sal vem para o Restaurante Zé Pataco, mas se quiser subir para o Centro, não sobe. Portanto, acho que a obra está bem-feita, está linda, a estrada, as ruas estão bonitas. Estão, sim Senhor. Mas, a nível de corte de trânsitos, na minha ótica e simples de opinião, não gostei. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. ----------
---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: ----------
---- - Pronto, isto é a minha opinião. Vale o que vale. Sobre as outras obras, acho que já passámos um ano. Acho que a Câmara tem feito algumas coisas e obras importantes, apesar de, pronto, não são dinheiros da Câmara, mas é por intermédio da Câmara que as obras são feitas. Mas há pequenas obras que são promessas já antigas, desde o anterior Executivo. E, nomeadamente e eu estou-me a rir, nomeadamente, do antigo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, do qual sou amigo. Atenção. Não tem nada uma coisa com outra. Há pessoas que confundem a amizade com os Serviços Políticos. Eu não confundo. Há obras e eu vou falar, aqui vou puxar a brasa à minha sardinha. É na Urgeiriça. Há obras necessitadas na Urgeiriça, que é o caso das lombas. Já andaram lá em obras, que eu vi também. É o caso das lombas. É o caso de uma passadeira, cá em cima, ao pé da Capela. E os passeios. É, mesmo, essencial que são promessas antigas. Inclusivamente, promessas da Junta e da Câmara. E outra questão, para terminar, para não me alongar muito: Aquela zona envolvente ao Largo de Santa Bárbara, acho que já é tempo da Câmara olhar para essa zona envolvente ao Largo de Santa Bárbara. As pessoas continuam a entrar para dentro das suas casas com os pés cheios de lama, os pés, os sapatos cheios de lama, porque no Largo de Santa Larga, só foi pavimentado o Largo. Então e há mais 9, 10 habitantes ali, que entram para dentro da casa. Não têm alcatrão à porta. Não têm nada à porta. Entram para casa. É isso, ó Senhor Vice-Presidente. Entram para casa com os pés cheios de lama. Eu convido Vossas Excelências a irem lá e verem que isto é a pura verdade. Só o Largo de Santa Bárbara ficou bonito. Pronto. Mas as próprias pessoas que habitam no Largo de Santa Bárbara têm entradas pelo lado de trás. Toda a gente deve conhecer. Toda a gente, não, a maior parte das pessoas conhecem. A Senhora Vereadora conhece bem. As pessoas continuam a entrar dentro das suas casas, de inverno, com os pés cheios de lama. Eu gostaria que a Câmara tivesse um pouco de atenção. Aquilo é uma aldeia, ou uma povoação, como queiram chamar, construída por privados. Muita gente desconhece isso. Aquela aldeia, ou aquela terra de qualidade foi construída por privados, pelos Ingleses, que nos anos 51, mais, ou menos 51, construiu aquele que era o Bairro mineiro e passou, hoje em dia, a uma localidade. Portanto, gostaria que a Câmara tivesse muita atenção nisso. Passeios, gente, eu, por acaso ando lá muito pouco a pé

porque saio de casa de carro. Mas vejo pessoas a fazer caminhadas sem ser nos passeios. E, às vezes, nós, que vamos na estrada com os nossos carros, obriga-nos a ter muito cuidado e atenção com essas pessoas, porque, às vezes, são pessoas idosas. Não é só malta nova. Pessoas idosas. Portanto, é só isso. Gostaria que tivessem atenção a isso. Acho que qualquer dia temos lá mais gente na Urgeiriça porque é a Festa de Santa Barbara. Desde já convido toda a gente a estar presente na Festa de Santa Barbara. Muito obrigado. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Muito bem. Antes, só, antes, então, só da Dr.ª Patrícia encerrar a sessão, até da parte do Público, dar duas notas só no que concerne ao que disse o Senhor Arlindo, só dar-lhe nota de uma coisa rápida e depois também acho que, basicamente, era isso que o Senhor Vice-Presidente ia dizer. As Quatro Esquinas, a obra das Quatro Esquinas, em Canas de Senhorim, não está concluída. Está transitável porque é possível. Quer dizer, a empreitada, enquanto si, empreitada, sim. O que nós temos para lá, pós-empreitada, que ainda está completada, vai ser completada durante o mês de novembro, porque estamos a fechar isso com o Fecho também do Centro Urbano de Santar e precisa. A questão que falou dos passeios, vamos ver se o que está planificado para 2027, se o executamos, ou não, mas está lá isso contemplado. Senhora Dr.ª Patrícia, deixe que diga e estimado Amigo também, antes de mais, só agradecer-vos. Fizemos isso no início e reiteramos agora. A vida como é. Não tem problema. Agradecemos, o Senhor Presidente também esteve cá antes da reunião. E, portanto, o agradecimento à Junta, ao Executivo, por nos acolherem desta forma sempre fantástica. Obrigado por nos acolherem e proporcionar-nos as condições todas. A pedra de toque do arranjo. Obrigado. É sinónimo também de bem receber, que é um apanágio do todo o nosso território. Mas, obrigado. E, portanto, depois, apesar de ser lida a minuta da ata pela Senhora Dr.ª Ana, mas esteja à vontade. ----------
---- A Senhora Dr.ª Patrícia Cardoso: ----------
---- - Boa noite a todos. Cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Funcionários da Autarquia e o resto do Público. Dizer, antes de mais, como, se não sabem todos, a maior parte de todos sabem que o Senhor Presidente está limitado. Ele pediu desculpa por estar ausente, mas não conseguia mesmo. Relativamente a ter a porta aberta, temos sempre. Recebemos sempre com todo o gosto. Não conseguimos estar no início da abertura. Estávamos a trabalhar e era impossível estarmos aqui. Eu gostava de fazer umas perguntas à Mesa. Relativamente às obras que estavam contempladas no empréstimo, quando é que elas vão ser executadas? Ou se já estão adjudicadas? Quando é que vão iniciar? Porque, pelo menos, as duas obras maiores foram aquelas que sempre nos preocuparam. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - A Rua Casa da Guarda e o cemitério. ----------
---- A Senhora Dr.ª Patrícia Cardoso: ----------
---- - Exatamente, o cemitério está com algumas limitações. Já para não falar, pronto, do resto do alcatrão que era para pôr em determinados pontos. Outra coisa que nos preocupa também imenso é: Temos uma Escola, queremos mantê-la, mas temos ali algumas limitações. Temos um menino com Educação Especial, que é com alguma dificuldade. Alguma dificuldade, pronto, tivemos que ultrapassar ali algumas dificuldades e precisamos de algumas coisas também para melhorar a Escola, pronto, nomeadamente, a nível de infraestruturas da Internet, aquilo é muito mau. Eu estive reunida com as Professoras, com a Educadora, com a Professora e com a Associação de Pais. E é preciso ali mesmo melhorar aquilo porque o miúdo, sim, é a que temos aqui da Fundação. E o miúdo Autista, quando está lá, ele precisa de, chega aquela hora e ele tem que estar entretido com alguma coisa, senão aquilo vira o caos

da Escola e tiveram lá o ano passado, meses, um mês, que os miúdos andavam todos a bater mal porque se não é regulado, o miúdo sai do das rotinas dele e aquilo vira o caos. Temos isso. Temos o ar condicionado. Temos de fechar a parte lateral, ao pé da cantina, para eles poderem fazer ginástica quando está a chover. São pontos-chave para a Escola também continuar a funcionar e também para conseguirmos acolher, um bocado, mais crianças. Pronto. E o gradeamento a precisar de ser ali, dar-se uma lavagem ao gradeamento e à Escola, a limpeza e a lavagem. E era, pronto, era basicamente isso que eu gostava de saber, que tinham contemplado. Obrigado. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Obrigado e obrigado por nos receber. Três breves apontamentos: Rua da Casa da Guarda, a Rua da Casa da Guarda tem, é só consultar o BASE. O procedimento está feito. Foi assinado o contrato. Portanto, o procedimento está todo pronto a arrancar. O empreiteiro tem, prorrogado, sucessivamente e vamos voltar quase ao que falamos aqui. O empreiteiro era para ter entrado em início de obra, entre a Páscoa e junho. E estamos a chegar a dezembro e não começámos a obra. O que é que nós podemos fazer? Nós tínhamos mecanismos para revogar.
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Depois vem pedir trabalhos a mais. É prorrogação de prazo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Não tem nada a ver uma coisa com outra. Não, progressão de prazo, a responsabilidade é deles. Nós, neste momento. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- - Eu quero ver se esses pedidos, vocês, depois, lho cortam. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Ó Senhor Vereador, o que eu estou-lhe a dizer é o seguinte. Tudo o que tem a ver com o empreendimento de obra é uma coisa. Entende? Olhe, nós, ó Senhor Vereador, há duas soluções para isto. Uma - O prazo não foi cumprido. Nós podemos revogar a contratualização. Não está a ser cumprido o cronograma. Passou o tempo suficiente para nós, de facto, renunciarmos à obra. Correndo os riscos todos, eu e o Executivo em permanência não o pretendemos fazer. Não é por gostarmos do empreiteiro, ou não. O empreiteiro é público. São os Irmãos Almeida Cabral. Mas podia ser a Embeiral. Podia ser o Manuel, o Joaquim, podia ser fosse quem fosse. Mas, algumas das empreitadas e já vou ao cemitério, nós andamos também à procura de empreiteiro. Não é fácil porque, neste momento, há questões de obras privadas que estão a decorrer e os empreiteiros estão. Neste momento, o Senhor Vereador lembra-se, perfeitamente, que antigamente eram os empreiteiros batiam à porta das Câmaras. Mas, agora é ao contrário. Nós não conseguimos ainda, particularmente, com a dotação financeira. Estou a falar do cemitério agora. E, aqui é a história de ter um pássaro na mão. Nós temos ali um contrato. E eu, nós estamos a deixá-los ficar até ao limite. Se quando nós fizermos a reunião, que depois temos que fazer, até por causa do Orçamento e isso, vocês vão dizer: Nós preferimos que caia e começar outro procedimento? Nós teremos cá para subscrever a vossa vontade. Não é a nossa, porque eu prefiro ter lá o empreiteiro e embora eu saiba que o empreiteiro vem com as desculpas todas e tem outras empreitadas e não tem Pessoal. Eu sei isso. E, portanto, nós temos dois caminhos: Ou dizemos assim: Não. Já passaram meses mais do que suficiente e vamos revogar a obra e não temos que indemnizar ninguém. E cai. E começamos o procedimento de novo. Ou, então, no que foi as reuniões com o empreiteiro, que ele se responsabilizou a começar a obra ainda durante a este ano civil, eu prefiro aguardar. Vocês perguntam-me assim: Então, se ele já falhou um prazo, temos garantias que vai concretizar este? Não, não tenho. Mas tenho o desidrato de, o que está aí a guardar e se, eventualmente não cumprir o prazo, então aí, teremos que pensar de outra maneira. Agora, nós temos um empreiteiro, temos uma consignação realizada. E, portanto, o que nós estamos aqui é com um empreiteiro que ainda não entrou em obra quando devia. Sim, é verdade. Mas eu prefiro tê-lo consignado e amarrado, porque em última instância, o que pode acontecer é sermos nós a colocarmos o ónus no empreiteiro. Não há revisão do preço.
Isso é outra coisa. Aí, vai ter que começar de novo outra vez. Vai ter que começar de novo. Mas o que eu estou-lhe dizer é o seguinte: Não invalida, por exemplo, que apareça. Quer que

eu lhe diga o que ele quer? Neste momento, ele não tem mãos por onde se medir. E, portanto, veio a jogo. Sintetizando, para não ser extenso, a Rua Casa da Guarda, nós vamos continuar a apostar para ser feito, sendo que não sendo feito, iremos, naturalmente, acionar o empreiteiro para a Autarquia ser ressarcida. Eu preferia que não fosse. Era bom sinal que a obra ia ser feito. Eu prefiro que a obra seja feita do que ser ressarcido. O cemitério, já expliquei. A Escola. Só uma coisa importante na Escola. A Escola, como vocês se recordam, ficou sem alunos, há, no Jardim-de-Infância, há 2 anos. Se a memória não me atraiçoa, 2, 3 anos, 2, 3. Não foi mais de 3. E eu lembro-me, andávamos aqui e ficou consigo, Senhora Dr.ª Patrícia, que falámos com os Pais, fizemos aquela festa. E conseguimos ter alunos, graças a Deus, graças ao trabalho que toda a gente desenvolveu. E, naturalmente, que havia ali uma questão que não se consegue resolver. Provavelmente só se consegue resolver com outro hotspot específico, que é a questão da Internet. Já lá foram os nossos Técnicos. Já lá foram os Consultores. Já lá foram os técnicos da CIM. Ninguém consegue resolver aquilo. A única maneira e eu não sou Técnico, já propus isso, é a questão de ter um hotspot lá. A evidência da Internet fixa que não se consegue, por alguma razão, ter a Internet livre de forma a ter Internet para o Aluno? Sim, de Necessidades Educativas Especiais. Mas não só. Este Aluno de Necessidades Educativas Especiais foi, como sabem também, está tipificado na Lei que os Alunos de Necessidades Educativas Especiais são comunicados pelos Agrupamentos e depois o Estado assegura o Assistente Operacional. Podemos dizer que aumentou, significativamente, o número este ano de Alunos das Necessidades Educativas Especiais e o encargo é todo da Câmara, porque o Estado diz que: De momento, não há disponibilidade no Orçamento de Estado. E, portanto, não há valor suficiente. A Autarquia que decida como entender. Ao fazer disto, o que é que as Autarquias fazem? Aceitam os alunos. Mas também estamos a ver que há Escolas nos perímetros dos Concelhos à volta, que não estão a aceitar mais alunos porque não têm esse apoio. E as Câmaras também estão a achar um bocadinho porque não é fácil. Não é alunos do território que já lá andem. Novos alunos. Porque, nós, a maior parte dos alunos que entraram, das Necessidades Educativas Especiais, ou quase todos, são novos alunos. Ou seja, que não estão no Sistema. Alguns, nem são oriundos do Concelho, nem residentes do Concelho. E nós não dissemos a nenhum que não. Além de que, além de que, sim, não. Mas está cá. Eu estou-lhe a falar no geral. Ó Senhora Dr.ª Patrícia, estou-lhe a falar no geral. Estou a falar do Concelho inteiro. E para lhe dizer que, quando nós fizemos as voltas pelas Escolas há um tempo e na altura o Senhor Presidente que estava, nós tínhamos acertado a questão do que era a climatização, de uma maneira e o Senhor Presidente disse: Nós vemos isso. E depois o que ficou combinado era: Ó Senhor Presidente, então, se não vir, era a climatização e era uma porta. Não sei, a Senhora Dr.ª Patrícia não estava quando foi a volta, mas está a ver o que é que estamos a falar. E, portanto, o que nós dissemos foi, há uns tempos falei com o Senhor Presidente e o Senhor Presidente disse que também estava a ver isso. E nós disponibilizamo-nos para fazer o que vamos fazer agora. Para acabar, nós começámos a equipar as Escolas todas com, que eram a lenha, a maior parte, com aparelho da AVAC. E faltam três Escolas. E vamos acabá-las, agora, também. E eu não tenho. Não sei. Acho que é, basicamente, é isto. Acho que, pronto, se no final depois, eu não sei, a Escola. A Internet, nós vamos resolver desta maneira que eu estava-lhe a dizer, sim. Sim, depois temos que falar, sim. Depois temos que ver isso, sim. O que é que, eu acho que há abertura para vermos isso, como é óbvio. Mas dizer-lhe aquilo que é exequível a curto prazo. A questão do AVAC, até porque estamos a fazer isso para as Escolas todas. Complementar o que começámos há 2 anos. E a questão do ponto de Internet para esse Aluno, sim, pelos motivos que aduziu. Mas para os alunos todos, até para os Professores darem aulas diversificadas, que

é um problema, sim. Aliás, o problema de Internet e o elétrico. Esqueceu-se de um. Temos ali um problema elétrico que, de vez em quando, causa-nos transtornos grandes, também. Pronto, já está resolvido esse, menos mal. Muito bem. ----------
---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: ----------
---- - Posso? É só para acrescentar uma coisa sobre aquilo que disse o Senhor Presidente. Eu provo que é verdade aquilo que o Senhor Presidente disse que há alunos fora do Concelho a estudar no Concelho, porque eu tive um neto, aliás, tenho um neto que moravam nos Fiais da Telha e estava na Escola, em Canas de Senhorim. Ficou na Escola de Canas de Senhorim, depois, o miúdo. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - Há mais. Eu já nem falo, especificamente, de nada. Já falo, genericamente. ----------
---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: ----------
---- - Vivia nos Fiais da Telha e vinha para a Escola de Canas de Senhorim. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: ----------
---- O meu neto mora em Mangualde e tem aulas em Nelas. ----------
---- O Senhor Presidente: ----------
---- - E bem. E muito bem. Muito bem.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu, por favor, à Funcionária Dr.ª Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. ----------
---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezanove e horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 07 de novembro de 2025, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. ----------

O Presidente,

_____

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

_____